

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Luciana Wietchikoski

Dissertação de Mestrado

O PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO E OS ESTADOS UNIDOS: A REVISTA
A DEFESA NACIONAL NO FINAL DO REGIME MILITAR (1979 A 1985).

Porto Alegre, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Luciana Wietchikoski

Dissertação de Mestrado

O PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO E OS ESTADOS UNIDOS: A REVISTA
A DEFESA NACIONAL NO FINAL DO REGIME MILITAR (1979 À 1985).

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política pela Universidade do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Programa de Pós Graduação em Ciência Política.

Prof. Dr. Eduardo Munhoz
Svartman.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFRGS pela formação recebida durante os dois anos do mestrado. A Coordenação de Pesquisa e Aperfeiçoamento de Nível Superior pela bolsa concedida que me permitiu a dedicação exclusiva. A FAPERGS que proporcionou as diárias e passagens para a pesquisa no Rio de Janeiro. Agradeço ao apoio recebido pelos funcionários e militares nas bibliotecas da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, da Escola de Comando da Marinha e da Universidade da Força Aérea, bem como do Centro de Documentação da Força Aérea.

Sou especialmente grata ao meu orientador Eduardo Munhoz Svartman, o qual desde a graduação me incentivou e apoiou para a concretização deste trabalho. E nesses dois anos de mestrado, por sua atenção, paciência e fundamentais orientações.

Aos meus colegas de mestrado, pelo apoio e momentos de alegrias compartilhados. Obrigada ao Bruno Mello Souza, que além de colega, tornou-se um grande amigo e me deu o apoio nos momentos de tensão e desânimo. Ao João por também me apoiar nessa reta final. Também gostaria de agradecer a minha amiga de longa data Cristiane Bundchen, por me apoiar e receber em sua casa nos primeiros momentos da ida a capital da província.

Contudo, este trabalho não poderia ter sido concretizado sem a contribuição de minha família, em especial a minha mãe e irmã, que me apoiaram incondicionalmente nessa jornada, sendo eternamente grata.

RESUMO

O presente trabalho dedica-se a compreender as percepções dos militares brasileiros a respeito dos Estados Unidos no último período do regime militar. Com base na análise do conteúdo dos artigos da revista *A Defesa Nacional* o principal argumento do trabalho é que nos discursos houve pouca convergência de interesses do Brasil com a potência hegemônica no sistema internacional, regional e nas relações bilaterais. Com base no conteúdo dos artigos, identificamos que enquanto no sistema internacional o Brasil se inseria como país em desenvolvimento, os Estados Unidos procuraram limitar a emergência e participação desses países, bem como reativou o embate Leste-Oeste, no âmbito regional os interesses norte-americanos eram de combate à expansão da influência comunista e manutenção da inércia dos órgãos de segurança e defesa regionais, sendo que para o Brasil, inserido no seu projeto de inserção internacional o comunismo não era mais a prioridade e buscou criticar essas ações norte-americanas. Já as relações bilaterais seguiam essa falta de pontos em comum, destacando-se principalmente questões referentes à tecnologia.

Palavras-chaves: Relações Brasil Estados Unidos; Percepção militar; Forças Armadas.

ABSTRACT

This work is dedicated to understanding the perceptions of Brazilian military in regard to the United States in the last period of the military regime (1979-1985), which is characterized by a context of systemic change, by the pattern of bilateral relations and by the process political transition in Brazil. Based on the analysis of the content of articles in the magazine "A Defesa Nacional", the main argument of the paper is that, in the speeches, there was little convergence of interests between Brazil and the hegemonic power in the international system, both regionally and bilaterally. This is because while Brazil inserted itself in the international system as a developing country, the United States sought to limit the emergence and participation of these countries, as well as reactivated the East-West confrontation. Regionally, the U.S. interests were fighting the expansion of the communist influence and maintaining the inertia of the safety and regional defense organisms, in a way that, for Brazil, communism was no longer the priority and, inserted in its project of international insertion, sought to criticize these U.S. actions. In regard to bilateral relations, this lack of common points also took places, with special highlight to issues related to technology.

Keywords: Brazil- United States relations; Armed Forces; Military perception.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2.1. Discussão metodológica da pesquisa	12
2.2 Pensamento militar brasileiro: desenvolvimento econômico e soberania nacional.....	18
2.3 Contexto nacional: regime de 1964 a 1985	27
2.4 Contexto nacional durante o governo de João Batista Figueiredo (1979 a 1985)	29
2.5 As relações militares entre Brasil e Estados Unidos (1964 a 1985) no âmbito diplomático	32
3.1 Introdução	36
3.2 Orientação metodológica	39
3.3 Os interesses nacionais brasileiros e os projetos militares	44
3.4 Inserção e projeção internacional brasileira na visão dos articulistas	51
3.5 A visão sobre a política externa dos Estados Unidos	57
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
6. CITAÇÕES DE ARTIGOS DA REVISTA A DEFESA NACIONAL	64

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho estuda as relações militares do Brasil com os Estados Unidos a partir da perspectiva dos articulistas da revista *A Defesa Nacional* do período de 1979 a 1985. Por ser um contexto historicamente representativo para a dinâmica bilateral e para o pensamento militar brasileiro, optou-se em delimitar o recorte temporal desta pesquisa pelos anos de 1979 a 1985. Politicamente se refere ao encerramento do ciclo dos governos militares. Já na economia, o país que havia passado nos governos anteriores por uma projeção econômica na arena internacional, no respectivo período enfrentava os constrangimentos externos como a crise do petróleo, juros, protecionismo, dívida e o fim do modelo econômico nacional do desenvolvimentismo (VIZENTINI, 1998; SENNES, 2003). Ou seja, o país passava por mudanças nacionais e internacionais significativas.

Em termos das relações militares diplomáticas com os Estados Unidos no período em análise, é consolidada a argumentação da pouca convergência entre as agendas dos dois países (HIRST, 2012; BANDEIRA, 1989; VIZENTINI, 1998; CERVO, 1998). No entanto, as dinâmicas estabelecidas com o país hegemônico influenciaram durante a segunda metade do século XX, desde diretrizes até a infraestrutura das Forças Armadas Brasileiras, tais como tipos de equipamentos, treinamentos ou na doutrina, por exemplo (SVARTMAN, 2011). Estudar a presença dos Estados Unidos nas Forças Armadas Brasileiras contribui para o próprio debate sobre como os militares interpretavam os objetivos e perspectivas da defesa e segurança nacional e de uma forma ampla, sobre as perspectivas de segurança e defesa pensadas pelo país, pois os militares eram atores importantes no processo decisório nessa área (VIZENTINI, 1998; MARQUES, 2001).

Sendo os primeiros contatos iniciados em 1922, foi com a formação da Comissão Mista Militar de 1942 o marco inicial da aliança formal significativa e duradoura entre os dois países (SVARTMAN, 2011; MACCANN, 2013). Nos anos finais da Segunda Guerra Mundial e os primeiros anos da Guerra Fria foi elaborado o padrão desse relacionamento durante as quatro décadas seguintes. Do lado brasileiro, no decorrer da Segunda Guerra Mundial a dinâmica de aquisição de armas, busca pela autonomia na indústria de defesa e uma supremacia regional definiram-se como as intenções na aproximação de cunho militar com os Estados Unidos. Esta agenda se expandiu durante toda a Guerra Fria, como apontou os estudos de Svartman:

(...) as relações militares entre Brasil e Estados Unidos durante a Guerra Fria foram, apesar das redefinições conjunturais e da evolução de suas relações mais amplas, tributárias de um padrão estabelecido durante a II Guerra Mundial. Nesse período foram assinados acordos diplomáticos e criados canais institucionais formais que viabilizaram um grau de interação elevado entre os oficiais de diferentes Forças dos dois países. Nesse período, os militares brasileiros definiram seus objetivos de longo curso que informaram a relação com os EUA: aquisição de armas e equipamentos, desenvolvimento de uma indústria bélica autônima (ligada a industrialização mais ampla do país) e supremacia militar regional. (SVARTMAN, 2011, p.2)

Nesse período os Estados Unidos estabeleceram suas intenções para o continente, ou seja, como território de sua influência. Não fazendo distinção, os países da América ficavam sobre seus cuidados em termos de segurança e defesa, sendo o principal objetivo a luta contra a presença e expansão soviética na região (MARTINS FILHO, 2005). É com essa justificativa que se explica as diversas invasões de cunho militar pelos norte-americanos a países da América Central na década de 1960 e 1980, por exemplo, ou da formação dos próprios órgãos regionais de segurança ou de integração Tratado Interamericano de Defesa (1947) (TIAR) e Organização dos Estados Americanos (1948) (OEA) (HIRST, 2009; BANDEIRA, 1989).

Nos anos iniciais da ditadura militar brasileira de 1964, houve uma estreita aproximação com os Estados Unidos, principalmente de programas ligados ao combate ao comunismo, refletindo-se, por exemplo, em treinamentos contra a guerrilha, compra de armamentos e maior contato entre oficiais¹. No entanto, a partir do governo Costa e Silva houve uma ênfase em favor de um forte pragmatismo na política externa brasileira. E, no plano militar, quando a agenda dos militares, que nunca abandonaram seus objetivos de modernização e autonomia das forças armadas para capacitá-las a enfrentar um conflito interestatal clássico, foi mais enfatizada houve um progressivo distanciamento da dinâmica militar entre os dois países. Para Washington os interesses brasileiros não faziam parte da sua agenda para a região. Nesse contexto, identifica-se a partir dos primeiros anos da década de 1970 desencontros das agendas e até mesmo alguns contenciosos².

¹ Mesmo reconhecendo as assimetrias, do lado brasileiro, a cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos desde o seu início foi marcada por um pragmatismo. A pauta brasileira era a industrialização e aquisição de armas definiu os interesses do Brasil na cooperação com os Estados Unidos. Ver **SVARTMAN, Eduardo Munhoz**. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos nas décadas de 1930 e 40. Estudos Ibero-Americanos (PUCRS. Impresso), v. 34, p. 76-91, 2008.

² O caso diplomático mais conhecido foi o rompimento brasileiro do acordo secreto de 1952 em 1977. Houve também, a medida de exemplo, nota de rejeição a atitude de invasão norte americana em Granada no governo Figueiredo. Para identificação de outros desencontros ver o memorial.

Assim, chega-se ao governo Figueiredo (1979 a 1985) com uma dinâmica bilateral militar desgastada. A bibliografia a respeito estuda as relações entre os dois países a partir de uma perspectiva das atividades diplomáticas, porém carece-se de informações de como os próprios militares percebiam essa dinâmica.³ Observa-se também, poucos estudos a respeito do período do governo Figueiredo. Como apontamos acima, foram anos de significativas transformações nacionais e internacionais. Estuda-lo pode fornecer informações de quais as visões dos militares sobre o seu cotidiano, definições de projetos nacionais e internacionais na transição política. Então nos interrogamos: quais eram as visões dos próprios militares brasileiros a respeito dessa dinâmica estabelecida com a principal potência mundial?

Para tanto, optou-se pela análise dos artigos da revista *A Defesa Nacional*, do ano de 1979 a 1985. A escolha desse periódico militar se processou pela importância da sua circulação no meio castrense nacional, pela participação significativa e variada de oficiais das três forças nas publicações dos artigos e por possuir um perfil de debate o qual se vinculava as relações militares com os Estados Unidos. Embora não sejam as opiniões oficiais das Forças Armadas Brasileiras, a revista torna-se uma importante fonte para estudar as percepções dos militares brasileiros.

Fundada em 1913, no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro, os artigos publicados ao longo do tempo acompanharam e se posicionaram a respeito dos principais acontecimentos nacionais, internacionais e transformações das instituições militares. Destaca-se uma estreita vinculação, por um viés conservador, com assuntos sobre modernização e industrialização do país e nisso, incluía as suas próprias Forças Armadas (NASCIMENTO, 2010. SVARTMAN, 2011). A revista foi fundada em 1913, no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro, e os artigos publicados ao longo do tempo acompanharam e se posicionaram a respeito dos principais acontecimentos nacionais, internacionais e transformações das instituições militares. Destaca-se uma estreita vinculação das temáticas, por um viés conservador, com assuntos sobre modernização e industrialização do país, incluindo as próprias Forças Armadas (NASCIMENTO, 2010; SVARTMAN, 2011). Nesse sentido, os Estados Unidos eram constância na pauta das edições, em intensidades maiores ou menores,

³ As pesquisas utilizam como fonte e enfoque, questões diplomáticas. Muitas vezes, o assunto está imbricado com outras temáticas da política externa brasileira, como é o caso dos estudos de CERVO (1998), VIZENTINI (1998), HIRST (2009). Casos que estudam as relações militares entre os dois países em específico, utilizando fontes diplomáticas e imprensa civil como TEMPESTINI (1998) ou BANDEIRA (1989).

dependendo do período, configurando-se como alvos de estudos sua atuação no sistema internacional, com debates sobre a aproximação ou não às políticas norte-americanas e sobre a adoção de um modelo de modernização baseado nas propostas dos Estados Unidos pelas Forças Armadas Brasileiras. Assim, a pergunta principal que procuramos responder ao longo do trabalho tornou-se a seguinte: quais foram as percepções a respeito da potência hegemônica na imprensa militar especializada do Brasil? E, secundariamente, a quais fatores estavam relacionadas?

A hipótese aqui defendida é de que a agenda militar que pautou as relações militares bilaterais durante os anos de 1979 a 1985 manteve as diretrizes formadas desde a Segunda Guerra Mundial. Com base na análise do conteúdo dos artigos da revista *A Defesa Nacional*, identificamos nos discursos pouca convergência de interesses do Brasil com a potência hegemônica no sistema internacional, regional e nas relações bilaterais.

Isso ocorreu por que enquanto no sistema internacional o Brasil se inseria como país em desenvolvimento, os Estados Unidos procuraram limitar a emergência e participação desses países, bem como reativou o embate Leste-Oeste (1); no âmbito regional os interesses norte-americanos eram de combate à expansão da influência comunista e manutenção da inércia dos órgãos de segurança e defesa regionais, sendo para o Brasil, inserido no seu projeto de inserção internacional, o comunismo não era mais a prioridade e buscou criticar essas ações norte-americanas (2). Já as relações bilaterais seguiam essa falta de pontos em comum, destacando-se principalmente as divergências referentes à questão da obtenção e transferência de tecnologia (3).

Para a apresentação da pesquisa, o trabalho está dividido em duas partes principais: um memorial e a resultado da pesquisa em formato de artigo. Na primeira etapa, com o objetivo de compreender como se processou a formação do pensamento militar brasileiro e as consequentes definições dos pressupostos da dinâmica estabelecida com os Estados Unidos, estudamos a história militar do Brasil republicano. Dividimos em quatro subitens: pensamento militar brasileiro: desenvolvimento econômico e soberania nacional (1); contexto nacional: regime de 1964 a 1985 (2); contexto nacional durante o governo de João Batista Figueiredo (1979 a 1985) (3); as relações militares entre Brasil e Estados Unidos (1964 a 1985) no âmbito diplomático (4).

Na segunda parte, foi feito o relato de pesquisa em forma de artigo o qual atende às determinações regimentais do Programa de Pós Graduação e que visa uma futura

submissão a um periódico acadêmico. Com a pergunta principal: quais foram às percepções a respeito da potência hegemônica na imprensa militar especializada do Brasil? E, secundariamente, a quais fatores estavam relacionados? Chegamos a três subitens: inserção e projeção internacional brasileira (1); a visão da política externa dos Estados Unidos (2) e os interesses nacionais brasileiros e os projetos militares (3). Tendo como referencial metodológico a *análise do conteúdo*, identificamos e analisamos 476 artigos distribuídos em 42 edições referentes ao período de 1979 a 1985.

2. MEMORIAL

2.1. Discussão metodológica da pesquisa

A orientação metodológica do trabalho se deu pela *análise do conteúdo*, tendo como principal autora Laurence Bardin (2004). Este método é destinado principalmente para análise de comunicações escritas, nas quais, partindo-se de um determinado objeto e objetivo de pesquisa, inferem-se os pontos centrais sob análise do pesquisador nos documentos selecionados, organizando, sistematizando e retirando-se os dados⁴. Assim, tornou-se uma importante referência no estudo da revista *A Defesa Nacional*, pois seus procedimentos possibilitaram transformar o conteúdo dos artigos em pertinentes informações para a interpretação da percepção dos autores sobre as relações militares do Brasil com os Estados Unidos no período de 1979 a 1985.

Para a abordagem e extração das informações dos textos foram seguidos os cinco passos indicados. São elas: preparação, unitarização, categorização, descrição e interpretação.⁵ Então, primeiramente foi feita a preparação do material para análise, isso consistiu em realizar a chamada leitura flutuante, destinado a conhecer e estabelecer o contato com os documentos e, logo em seguida, feito a escolha do corpus da análise, ou seja, quais artigos seriam analisados. Reuniram-se todas as 42 edições do período de 1979 a 1985, totalizando-se 476 artigos.

Seguindo, foram definidos os documentos para análise. Baseadas no procedimento anterior bem como na delimitação do objetivo da pesquisa, estabeleceu-se algumas regras para tal. Os artigos sobre problemas políticos nacionais como *caderneta de poupança, políticas programas habitacionais*, foram excluídos. O critério para a inclusão se basearam em informações prévias sobre a dinâmica histórica das relações militares bilaterais entre os dois países em foco, bem como nos próprios apontamentos dos autores sobre essa dinâmica. Então, fizeram parte os textos referentes a assuntos especificamente militares, intitulados em sessões tais como *Formação, tática e técnicas militares*, modelos econômicos nacionais, como *Administração, economia e finanças ou Direito e regulamento*, discussões sobre política externa brasileira e assuntos relacionados às análises do sistema internacional como *Política geopolítica e estratégia*

⁴ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

⁵ MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

e história das instituições e personagens importantes das Forças Armadas, no qual aponta os objetivos e visões longo prazo, como *Estudos históricos, História e educação*.

O passo seguinte baseou-se na organização do material por meio do procedimento de unitarização. O trabalho consistiu em agrupar em conjuntos de dados afinidades temáticas presentes e pertinentes para a pesquisa, codificando-as. Para tanto, fez-se uma nova leitura do material selecionado e estabeleceram-se as unidades de registro. No caso, nesta etapa foram optadas pela elaboração unidades temáticas definidas pelos editores do periódico. O objetivo foi estabelecer o seu perfil temático, saber quais assuntos se destacavam como prioridades, suas intensidades. Também se conseguiu identificar como o relacionamento militar do Brasil com os Estados Unidos eram apontados e as quais temáticas se relacionavam.

Foram identificadas 22 subclassificações: *Administração, economia e finanças; Direito, legislação e regulamento; Ciência e tecnologia; Ciência, tecnologia e indústria; Educação e psicologia; Educação, comunicação, saúde e saneamento; Educação, psicologia e comunicação; Ensino e educação; Estudos históricos, jurídicos e sociais; História Comunicação, educação; História e educação; História Ensino e Educação; História, Educação e estudos sociais; História, educação, moral e civismo; História, Geografia; História, Geografia e comunicação; Parte especial;* (se refere a homenagens sobre o aniversário da revista, remetendo a fatos históricos, portanto, incluídos na categoria de História) *Sociologia; Formação, tática e técnicas militares; Organização, táticas e técnicas militares; Política, geopolítica e estratégia.*

Para melhor análise das unidades, foi feito um novo reagrupamento. Não foi alterada a classificação feita pela revista, mas apenas, através da leitura dos subtítulos e artigos, tais temáticas foram reagrupadas em seis:

• **Grupo temático 1:** *Administração, Economia e Finanças; Direito, Legislação e regulamento.* São temas ligados a análises das políticas econômicas nacionais do período, como participação do Estado na economia, modelos econômicos, distribuição e produtividade, os problemas da caderneta nacional, programas de energia, modelos de transporte, programas de habitação, teleinformática, ações do empresariado. Ou seja, não é um assunto propriamente militar, mas envolve problemas econômicos e políticos nacionais, os quais em alguns deles, foram relacionada com questões da Segurança e Defesa nacional. Para a pesquisa, os artigos desse grupo temático foram importantes na medida em que apontaram a indicação de quais modelos econômicos nacionais eram

defendidos e seguidos, isso influenciou a forma e posições mantidas com os Estados Unidos.

• **Grupo temático 2:** *Ciência e tecnologia; Ciência, Tecnologia e Indústria.* Referem-se a assuntos ligados a propriedade industrial e transferência de tecnologias, debate sobre informática, telecomunicações, rearmamento e tecnologia, política tecnológica brasileira, participação científica brasileira do Brasil, petróleo, tecnologia de ponta desenvolvida no Brasil (Embraer), cabodifusão, indústria aeroespacial brasileira. Este grupo temático forneceu importantes informações a respeito da dinâmica relacionada com os EUA, pois as questões de ciência e tecnologia compuseram uma das principais pautas no histórico do relacionamento com os Estados Unidos, sendo no período em foco um fator de distanciamento e de contenciosos militares, destacando-se as diversas formas de cerceamentos norte-americanos em relação à busca pela autonomia militar brasileira nessas áreas.

• **Grupo temático 3:** *Educação e Psicologia; Educação, Comunicação, Saúde e Saneamento; Educação, Psicologia e Comunicação; Ensino e Educação.* Engloba artigos os quais discutem assuntos relacionados à educação militar e suas instituições como a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e internacionais como a norte-americana *West Point*. Também contou com artigos sobre o estudo de doutrinas militares e biografias de militares importantes para o sistema de educação e desenvolvimento das Forças Armadas Brasileiras. Neste grupo, a importância se refere aos artigos que apontaram os objetivos institucionais de longo prazo considerados importantes, bem como os autores observavam as instituições educacionais militares norte-americanas.

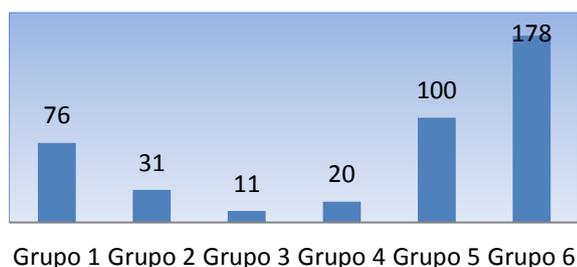
• **Grupo temático 4:** *Estudos históricos, jurídicos e sociais; História Comunicação, educação; História e educação; História Ensino e Educação; História, Educação e estudos sociais; História, educação, moral e civismo; História, Geografia; História, Geografia; comunicação; Parte especial; (se refere a homenagens sobre o aniversário da revista, remetendo a fatos históricos, portanto, incluídos na categoria de História) Sociologia.* São artigos biográficos de oficiais importantes, história da “*A Defesa Nacional*”, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, história da Força Expedicionária Brasileira, história do pioneirismo das escolas técnicas militares no Brasil. É assuntos ligados a educação militar, envolvendo as instituições de ensino das forças.

• **Grupo temático 5:** *Formação, tática e técnicas militares; Tática e Técnicas militares; Organização, táticas e técnicas militares.* Engloba artigos referentes a questões estritamente militares, como, por exemplo, técnicas militares, operacionalidade diversas (comunicação, material bélico, etc), o emprego de novas tecnologias nos campos de batalhas, estudo sobre as forças armadas de outros países, principalmente da América Latina e Estados Unidos, grupo de artilharia, corpo de engenheiros, estudos técnicos diversos (foguetes, tanques, etc), apoios logísticos. Nesse grupo, pode-se identificar dados referentes as necessidades estruturais do Brasil, o intercambio de treinamento de oficiais nos EUA.

Este grupo temático forneceu importantes dados sobre a dinâmica do relacionamento com os Estados Unidos, de como a revista estava preocupada com a constante atualização de suas forças em relação as inovações tecnológicas e doutrinárias internacionais e de como, por sua importância internacional, estava envolvido com isso e conseqüentemente, a importância deste para o Brasil.

• **Grupo temático 6:** *Política, geopolítica e estratégia.* Artigos englobam temáticas relacionadas à estratégia nacional brasileira, política externa brasileira, dos países da região e potências mundiais, posição brasileira frente às regiões internacionais tais como Atlântico, Pacífico, Oriente Médio, etc., teorias geopolíticas, geopolítica e poder mundial, estudos sobre América Central e sua importância para o Brasil, estudo sobre a África, países do América do Sul e o Atlântico ou na Bacia do Prata, com as Guianas, conflito das Malvinas, estratégias militares dominantes. Há também questões da pauta internacional do período, como o terrorismo, pobreza e segurança, estudo da política de defesa dos Estados Unidos, posição das superpotências Estados Unidos e URSS. É interessante destacar que há estudos diversos sobre vários aspectos dos Estados Unidos, como defesa, capacidade industrial, visões geopolíticas norte-americana sobre várias regiões. O comunismo é uma temática muito recorrente, interpretando o grau de influência e da presença soviética em diversas regiões do mundo. Este grupo temático forneceu importantes informações sobre a visão e interpretações dos militares editores dos artigos sobre o sistema internacional, como interpretavam e se posicionavam perante ele, quais ameaças, qual o papel dos Estados Unidos e do Brasil.

Quadro I: Quantidade total de artigos produzidos por grupo temático



Fonte: elaboração própria.

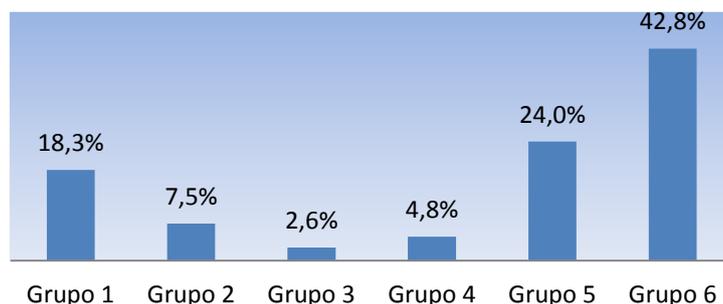
De acordo com os dados apresentados no Quadro 1, dos seis grupos, identifica-se a predominância dos estudos sobre relações internacionais (grupo temático 6) conteúdos militares (grupo temático 5) e em terceiro lugar, assuntos administrativos do Estado (grupo temático 1). Com tal resultado, verificaram-se abordagens diversificadas nas principais temáticas do periódico.

É interessante observar no grupo temático 1 (setenta e seis artigos) a relação entre Forças Armadas Brasileiras e a política nacional. Como já referido, os assuntos não eram estritamente militares, mas sim ligados à administração pública. Reflexo, portanto, a histórica participação de alguns oficiais da cúpula militar no processo decisório e o conseqüente envolvimento das Forças Armadas Brasileiras durante os vinte e um anos do regime ditatorial civil-militar.

A respeito do resultado do grupo cinco, contabilizando quase um quarto dos artigos produzidos, destaca-se a preocupação da revista com questões relacionadas estritamente a profissão militar. Nestes artigos, o qual abarcou problemas de defesa e suas várias temáticas, tais como táticas, teorias estratégicas e material bélico, os autores procuravam passar informações relacionando-os com a atualidade, acompanhando as discussões internacionais. Nos discursos, os militares tinham consciência que sempre precisavam se atualizar, para tanto utilizavam exemplos de outras nações e situações, como conflitos internacionais, por exemplos.

O grupo de maior publicação de artigos foi a temática 6, totalizando cento e setenta e oito. Com o título de “*Política, geopolítica e estratégia*” as análises se concentraram em assuntos de relações internacionais, como o mundo estava no período. Compõe de artigos referente as situações de todas as regiões do globo e sua importância internacional e relacionando com a importância para o Brasil e para a balança de poder internacional, julga-se EUA e URSS. Fazendo a análise do perfil, identificam-se quais são as áreas de maior importância para o Brasil.

Quadro II: quantidade total de artigos produzidos por grupo temático (%)



Fonte: elaboração própria.

Conforme se observa no Quadro II o grupo temático 6 tem 42,8% do total de artigos produzidos, demonstrando a significativa ênfase do periódico em assuntos internacionais e geopolíticos. Em segundo, com quase um quarto dos artigos produzidos (24%) os assuntos especificamente militares e em terceiro lugar, com 18,3% os artigos de políticas públicas, ficando evidente a importância da política para as Forças Armadas Brasileiras. A incidência de temáticas relativas aos Estados Unidos se abstém apenas na temática um, nas outras aparecem de diversas formas, seja através do estudo das doutrinas militares, do modelo educacional militar, dos avanços tecnológicos militares, os quais eram e ainda são referências para todo o mundo, presença e expansão no sistema internacional, assuntos envolvidos a guerra fria, relacionamento bilateral, cerceamentos tecnológicos, questões do conflito Norte-Sul. Ou seja, em todos os grupos temáticos, pode-se verificar significativa presença de informações referentes a interpretação brasileira a respeito da importância e da dinâmica estabelecida do Brasil com os Estados Unidos.

Estas informações foram de suma importância, pois com elas foi possível elaborar o terceiro e quarto procedimentos da análise, a categorização e concomitantemente a descrição. Com o resultado da unitarização e a base do conhecimento bibliográfico, foi possível estabelecer as chamadas categorias de análise. O objetivo foi fornecer uma representação simplificada dos dados brutos por intermédio de uma condensação. Este procedimento consistiu em agrupar dados considerando a parte em comum entre eles e segundo Roque, a regra para o agrupamento pode ser estabelecido *a priori* bem como a partir dos dados⁶. No caso foram utilizados os dois, *a priori*, basearam-se nas informações das produções já existentes sobre as relações

⁶ BARDIN, op. Cit. p. 105.

militares bilaterais, há quais fatores estavam relacionados, a segunda se deu por meio da leitura do material, onde foi identificado há quais temáticas o assunto das relações militares estava imbricado. Assim, definiram-se quatro categorias de análises: sistema internacional (1), política externa dos Estados Unidos (2), inserção e projeção internacional brasileira (3), energia nuclear, tecnologia e indústria militar no Brasil (4). Nessas temáticas, buscou-se identificar e analisar como os Estados Unidos eram representados pelos autores dos artigos.

Penúltimo procedimento foi a elaboração de uma ficha de conteúdo para cada tema. Com as informações e argumentos gerais de cada um, procurou-se estabelecer um texto síntese em que se expressasse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas ⁷. Como apontou Roque, é o momento de captar o significado e intuídos das mensagens analisadas.

Observou que embora a revista não tenha como finalidade propagar um discurso oficial das Forças Armadas, o conteúdo e o debate apresentado eram de preocupação e objeto de estudo para os oficiais editores, bem como de interesse dos debates intra-militares, principal público leitor. Portanto, uma fonte significativa para identificar e analisar a visão dos oficiais brasileiros sobre os Estados Unidos no que diz respeito a questões relacionadas às suas atividades profissionais e objeto do nosso estudo.

Para a apresentação do trabalho realizado, ou seja, da análise do conteúdo dos artigos, optou-se pela divisão dos resultados em três subitens: inserção e projeção internacional brasileira na visão dos articulistas (1); a visão sobre a política externa dos Estados Unidos (2); e por último, os interesses nacionais brasileiros e projetos militares (3). Ao longo de cada subitem são identificadas as argumentações defendidas pelos autores e feita a análise sobre como tais temas influenciaram a dinâmica militar com os Estados Unidos. Por último, foram apresentadas as considerações finais.

2.2 Pensamento militar brasileiro: desenvolvimento econômico e soberania nacional

O objetivo deste tópico é delinear através da história do Exército Brasileiro a partir do início do século XX, a formação de um pensamento militar voltado para a busca de um determinado modelo de desenvolvimento industrial e da capacidade de

⁷ MORAES, op. Cit. p. 7-32.

defesa nacional bem como da luta contra o comunismo. Este estudo se justifica na medida em que contextualiza o surgimento e as discussões ao longo dos anos na revista *A Defesa Nacional* bem como aponta os fatores das dinâmicas militares do Brasil com os Estados Unidos.

Como já apontado, a revista *A Defesa Nacional* foi fundada no início do século XX num contexto de iniciativas para uma maior profissionalização do Exército. Os editores procuravam apresentar as novas técnicas e doutrinas militares utilizadas nas instituições europeias mais destacadas. Acompanhando essas inovações internacionais, também se realizava debates e análises sobre a realidade brasileira, apontando as deficiências e soluções para os problemas nacionais e especificamente na área de segurança e defesa (NASCIMENTO, 2010). Nesse sentido, a revista observou de perto as diversas transformações ocorridas nas Forças Armadas Brasileiras emitindo opiniões sobre essas transformações e debates a respeito do modelo de modernização a ser adotado pelas suas forças. Esse vínculo com o processo de modernização é fundamental para a compreensão histórica das relações militares do Brasil com os Estados Unidos. Durante a Guerra Fria, período no qual se insere o recorte temporal dessa pesquisa, a dinâmica do relacionamento militar e bilateral teve como pauta a aquisição de armas e de treinamento junto aos Estados Unidos e em alguns períodos, vinculados ao combate a influencia comunista, num processo não uniforme (SVARTMAN, 2010; 2011).

Então, o estudo dos principais acontecimentos históricos que influenciaram na consolidação institucional do Exército Brasileiro, com a formação de seus quadros com os chamados *joventes turcos*, a Missão Francesa e a própria formação nos EUA, a instauração do serviço militar obrigatório e a consequente expansão física e melhorias nas suas instalações e de equipamentos, o fortalecimento político, especialmente no período de 1930 a 1945 e a formação de um pensamento moderno, não apenas para a sua corporação, mas para o país, são importantes para entender a formulação do pensamento militar brasileiro, os seus objetivos, que eram claros e bem definidos e de como isso influenciou na dinâmica do relacionamento com os Estados Unidos. A dinâmica específica entre os dois países será foco de análise do tópico seguinte.

Destaca-se na história militar brasileira longo dos anos de 1889 a 1945 a luta interna de diversos modelos de instituição, sobre o qual sobressai um grupo de oficiais que desenvolveram uma determinada ideia. De forma geral, esta é associada a uma constante preocupação com a modernização industrial brasileira e especificamente na área militar. Isto significa dizer, ter sua própria indústria para a fabricação de seus

equipamentos e armamentos, consideradas pelos militares como de interesse nacional, acima da apenas sobrevivência institucional (MACCANN, 2009). Aliado a isso, desenvolveu-se na oficialidade, principalmente a partir de 1935, com a Intentona Comunista, o ideal de luta contra a ideologia comunista e influência soviética (CASTRO, 2012) que no período de 1945 a 1964, polarizou opiniões intramilitares. Esses dois fatores, desenvolvimento industrial e anticomunismo, serão duas variáveis de suma importância para a compreensão das dinâmicas militares do Brasil com os Estados Unidos durante toda a Guerra Fria (SVARTMAN, 2011).

Essas ideias foram elaboradas e defendidas em meio a um intenso debate e lutas internas e influência dos acontecimentos da vida política brasileira e internacional, onde o Exército esteve participando ativamente. Observa-se que a formação desse pensamento dos oficiais esteve relacionada às suas próprias experiências profissionais, como participações em guerras civis internas, como Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916) e a Guerra Constitucionalista (1932), por reflexões provocadas por missões estrangeiras, como a formação dos Jovens Turcos (1913) e a Missão Francesa (1920) e ou pelo contexto internacional, como as duas Guerras Mundiais, por exemplo.

Essas ideias também passaram a fazer parte das diretrizes do Estado, através da associação de Vargas e os altos oficiais da cúpula do Exército com a centralização política nacional a partir de 1930, sendo mais intenso no período ditatorial do Estado Novo (1937 a 1945) (CARVALHO, 2005). Este aspecto é importante, pois foi por meio dessa relação entre governo e a oficialidade que o grupo vencedor intra-militarmente conseguiu fazer com que suas ideias também fossem as ideias do Estado. O ideal de desenvolvimento industrial e a questão comunista perpassaram os anos e durante a Guerra Fria estavam na pauta principal do relacionamento bilateral com os Estados Unidos (SVARTMAN, 2010). Assim, identifica-se nos estudos da história do Exército brasileiro republicano a importância para a compreensão da construção de seu pensamento que ao longo dos anos direcionou as dinâmicas militares entre Brasil e Estados Unidos, as quais estavam relacionadas com a modernização das suas forças armadas.

Para tanto, foi realizada uma análise da história do Exército brasileiro, apontando como a ideia de desenvolvimento industrial nacional e militar foi formado, como se tornou consenso hegemônico entre a oficialidade militar ao longo dos anos e suas manifestações nas políticas de Estado. Também foi identificado e debatido qual contexto e ideias estavam envolvidos a formação do anticomunismo. Destaca-se

principalmente o período compreendido pelos anos de 1889 a 1945, pois durante esse período ocorreram transformações institucionais profundas e duradouras, as quais se relacionaram com a formação e desenvolvimento de uma doutrina militar, sistema educacional voltado à preparação de oficiais para assuntos de defesa nacional, expansão física que concomitantemente com as experiências históricas nacionais e internacionais construíram o pensamento militar brasileiro.

O Exército Brasileiro passou por um período de grandes transformações estruturais e educacionais nos primeiros 40 anos do século XX. Inicialmente não tinham desde uma estrutura física minimamente adequada para o estabelecimento da defesa nacional, até a falta de oficiais voltados a preocupação com questões relativas às suas próprias atividades. Já por volta de 1945 possuía uma ampla expansão física, doutrina consolidada e participação direta na política nacional. Essas transformações influenciaram na formulação do pensamento do Exército, assim, nesta primeira parte será analisado esse período, apontando como foi possível historicamente a elaboração do pensamento militar tendo como núcleo central o desenvolvimento econômico e a autonomia em relação ao fornecimento externo de armamentos.

A situação do Exército brasileiro nos primeiros anos após o golpe que instaurou o regime republicano no Brasil era caótica. Não havia uma estrutura física, doutrina, sistema educacional próprio. Por exemplo, influenciados pelo positivismo, uma parte do grupo que promoveu o golpe de 1889 pensava que com o tempo as próprias Forças Armadas Brasileiras se extinguiriam, pois o progresso haveria de vir pelo cientificismo e pacifismo, não havendo a necessidade do desenvolvimento e manutenção de tais forças (CASTRO, 1995). Inserido no fenômeno do bacharelismo, o sistema educacional estava muito mais voltado a uma formação civil do que militar. Ao invés de promover a formação do soldado e da oficialidade, o programa educacional produzia políticos, escritores e burocratas, menos oficiais voltados a defesa nacional. Tendo como função principal a ronda em prédios públicos, praças não realizavam treinamento de tiro e há décadas não havia mais manobras de campanha. Os prédios, em sua maioria eram alugados, suas condições de uso muito precárias e o recrutamento feito de forma compulsória, com homens sem nenhuma instrução educacional (MACCANN, 2009).

Marcada por revoltas regionais intensas é com este Exército que se atravessou toda a década de 1890 e sobre as quais evidenciou ainda mais a calamidade da instituição. Passados os primeiros anos da recém-instaurada República, o poder político voltou a se concentrar nas elites civis, que muito pouco se importariam com os

problemas identificados pelas suas forças armadas. Essa relação entre civis e militares durante todo o período em análise foi tumultuada, pois os militares ao longo dos anos debatiam a necessidade de reformas de sua instituição, no entanto, com o pouco interesse e conhecimento dos políticos, os projetos elaborados muitas vezes não eram concretizados, seja parcialmente ou em sua totalidade (COELHO, 2000).

Esse relacionamento teve algumas inflexões ao longo dos anos, com alguns episódios que acabaram por evidenciar problemas de segurança e defesa nacional. Um desses casos foi a Crise do Acre entre os anos de 1899 a 1902. Com as supostas ameaças de invasão estrangeira em território nacional, tal episódio expôs tanto aos militares quanto aos políticos, a necessidade de estabelecer uma comunicação mais eficiente com o extremo Oeste de Mato Grosso (MACCANN, 2009). No entanto, tais episódios foram exceções.

Em termos educacionais, os primeiros sinais de transformações ocorreram em 1904, com a revolta envolvendo estudantes militares da Escola da Praia Vermelha que, juntamente com outros setores reivindicando melhores condições de vida, teve como consequência o fechamento de tal instituição de ensino e com isso encerrou por definitivo a influência educacional positivista no Brasil (MACCANN, 2009). No entanto, as reformas que culminariam com um ensino voltado para questões militares, com metodologia sistematizada, só viriam se tornar realidade décadas mais tarde, através das reformas de José Pessoa, na Escola Militar de Resende, futura Academia Militar das Agulhas Negras (CASTRO, 2012) e pela influência da Missão Francesa.

Entre 1912 a 1916, o Exército se viu obrigado a lutar contra rebeldes na região do Contestado, entre Santa Catarina e Paraná. Durante os anos de luta, ficou claro a falta de equipamentos, munições, cavalos, estradas, médicos e o total despreparo dos soldados nos campos de batalhas, enfim, não havia uma estrutura para combate. Como ficou evidente na seguinte descrição de um general na época:

[...] A escassez de oficiais era tremenda; dos 234 especificados pelo regulamento, o comando possuía apenas 172. [...]. Os médicos civis contratados ou pertencentes ao Exército eram tão poucos que havia apenas um para toda a guarnição de Florianópolis e três para as unidades de Curitiba. De fato, quando uma campanha dos 5 Regimentos de Infantaria [...] o general precisou contratar um veterinário para fazer as vezes de médico da companhia. [...] armas e equipamentos quase não havia (MACCANN, 2009, p. 179).

No decorrer das lutas, os oficiais que participaram sentiram na pele a total falta de equipamentos e treinamento. Essas experiências acumuladas, as quais deflagravam as condições de combate e da realidade brasileira, serviram de base para a discussão sobre o papel do Exército na sociedade e a necessidade urgente de reformas internas. Uma das conclusões foi a urgente obtenção de equipamentos de combate e do desenvolvimento da infra-estrutura brasileira básica, ligando através de estradas e de comunicação as diversas regiões do país, que até então, não existia e muito ainda demoraria (MACCANN, 2005).

Outra reflexão se refere a relação entre problema do Exército e problema nacional. Uma parte dos oficiais considerou a participação do Exército no sufocamento dos rebeldes atendia a interesses políticos particulares, o que lhe fizeram desaprovarem tais ações. Concomitantemente com a tumultuada relação militar e a elite política civil do período em análise, tal perspectiva é importante, pois este é exemplo de conflito que levou ao desenvolvimento da ideia dentro de um grupo da oficialidade que consideravam que o papel e as ações do Exército representavam a vontade nacional, acima de qualquer interesse particular.

Como se destacou anteriormente, desde os primeiros anos do regime republicano, já havia algumas reflexões dos oficiais, mas o marco inicial da formação sistemática do pensamento militar brasileiro pode ser considerado o ano de 1915 (MACCANN, 2004; CARVALHO, 2005). Isso ocorreu com o desenvolvimento de sucessivas reformas internas, missões estrangeiras e de conclusões por parte da oficialidade sobre os acontecimentos políticos e econômicos tanto em termos nacionais como internacionais. Por exemplo, a reforma que definiu o serviço militar obrigatório em 1915 deu o mínimo de padrão de recrutamento, o que refletiu ao longo dos anos numa melhor instrução dos soldados, mas principalmente provocou a expansão física da instituição, isso consequente estimulou a ampliação da capacidade de alcance e presença física da instituição no território nacional. (CARVALHO, 2005). Aliados a isso, surgiram novos problemas, já que com mais homens, necessitava-se mais armas, o que provocou obviamente maiores discussões entre a oficialidade a respeito da modernização de suas instituições, apontando para os militares, a necessidade de reformas estruturais.

Nesse sentido foi encomendada uma grande quantidade de armamentos a Alemanha. Mas no contexto da eminência da Primeira Guerra Mundial, ocorreu um embargo inglês a tais materiais. Intra militarmente houve muitos debates e ficou

evidente aos militares o quão dependente internacionalmente as Forças Armadas estava o que suscitou a pauta da necessidade de formação de uma indústria nacional de defesa.

É nesse sentido que durante as décadas seguintes, os militares estiveram à frente de vários projetos nacionais para a obtenção e exploração de recursos naturais nacionais, os quais consideravam fundamentais para o desenvolvimento de uma indústria de defesa, ou que garantissem a manutenção da soberania nacional. Tal foi assim, que em 1927, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, destinado a desenvolver áreas de exploração de minérios e criação de siderurgias nacionais. (CARVALHO, 2005)

Inserido num contexto de aproximação com as potências europeias vencedoras do grande conflito mundial, o Exército brasileiro assinou uma Missão militar com a França em 1920. Esta ficou responsável pela formação de oficiais e que muito influenciou desde a sua preparação até sobre posturas referentes de como deveria ser a construção da indústria de defesa brasileira. Embora nos anos anteriores já se houvessem promovido um intenso debate, foram as ideias trazidas pelos oficiais franceses que se estabeleceram e se tornaram o modelo para o pensamento militar dos anos seguintes. Com os *Jovens Turcos*, de 1913, Missão de oficiais brasileiros à Alemanha em 1913, houve um impulsionamento a debates sobre os problemas do Exército e o seu papel na sociedade brasileira, porém não havia uma centralização e sistematização, a preocupação real do Exército consistia basicamente sobre a proteção das fronteiras do Sul e Sudeste.

Ao se dedicar a formação de oficiais, desde a preparação militar, concepção de desenvolvimento de indústrias estratégicas como a siderurgia, bem como de assuntos que abrangiam todas as dimensões da vida nacional, essa Missão também provocou uma maior centralização e coesão das tomadas de decisões na instituição através da reformulação do Estado Maior, dando assim, início ao processo da chamada política do Exército e não no Exército (CARVALHO, 2005). Por esta ideia, entende-se pelo direito das Forças Armadas em intervir na política nacional se dá por decisões de cúpula, sem participação dos escalões mais baixos. Observa-se aqui um melhoramento da ideia anteriormente debatida, pois os militares em suas intervenções posteriores, baseadas nesse pressuposto, acreditavam estar agindo para além dos interesses institucionais na verdade. Como destacou o historiador José Murilo de Carvalho, isso só foi possível devido a mudanças da organização militar:

Em outras palavras, era o intervencionismo de generais, ou do Estado-Maior, o intervencionismo da organização [...]. A concepção tornou-se viável graças a mudanças organizacionais: nacionalização do Exército efetivada pelo alistamento universal e pelo sorteio; aumento do contingente; desenvolvimento do Estado-Maior e formação de oficiais de Estado-Maior (CARVALHO, 2005).

Contudo, esse processo de controle hierárquico foi lento e gradual, envolvendo muitos conflitos intra-militares, pois a instituição havia vários projetos sobre modelo de Forças Armadas. Nesse sentido, tanto revoltas tenentistas de 1922 e 1924, Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932 e Intentona Comunista, serviram para um determinado grupo de oficiais, os quais estavam ligados com a ideia de desenvolvimento industrial nacional e de defesa, sobrepor aos outros modelos e tornar-se em 1937, como Estado Novo, a ideia núcleo da instituição (COELHO, 2000; CARVALHO, 2005).

Esse processo de centralização das tomadas de decisões do Exército se manifestou em 1930 com o chamado *Movimento Pacificador* onde pela primeira vez a tomada de poder política, com participação direta dos militares foi planejada e executada pelos altos escalões, sendo uma política da organização. Até 1937, foi um período de amadurecimento e definição do núcleo vencedor, onde se definiu pelos oficiais o papel do Exército na sociedade e de como se institucionalizaria.

É no Estado Novo (1937 a 1945) que um grupo homogêneo dentro da oficialidade conseguiu se sobrepor a outros e definir a doutrina e o pensamento militar do Exército. Devido à associação entre Vargas e as Forças Armadas, as ideias desse grupo se manifestaram em ações políticas do país. Nesse sentido, destaca-se a figura do general Góes Monteiro, o principal responsável pela elaboração da doutrina defendida pelo grupo vencedor. Sua ideia defendia a exclusividade dos altos escalões no processo decisório e estava relacionada à concepção englobando todas as atividades nacionais, acima dos interesses regionais. Como ele definiu essa política:

(...) deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não no Exército. A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material- no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza- e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que se sobreponha a tudo os interesses da Pátria (MONTEIRO, 1932 apud COELHO, 2000 p. 115).

Assim, com o acordo firmado, durante esse regime ditatorial, enquanto as Forças Armadas garantiam a estabilidade interna e a defesa do Brasil, em troca, em sua política nacional Vargas deveria buscar imediatamente o reequipamento das instituições militares e em longo prazo desenvolver uma indústria pesada (CARVALHO, 2005). Assim, observa-se que os militares, se consolidaram não só como pensadores de uma política nacional, mas como atores do próprio processo decisório nacional (MARQUES, 2001).

O segundo fator está relacionado ao anterior. Se refere à centralização política a partir de 1930 e sua relação com a oficialidade do Exército. Este aspecto é importante, pois foi por meio dele que o grupo vencedor intra-militarmente conseguiu fazer com que suas ideias também fossem as ideias do Estado. Assim, na medida em que os militares participaram da vida política brasileira, suas ideias faziam parte das políticas de Estado, isso refletiu na busca na década de 1930 para a formação de indústrias nacionais em determinadas áreas, como a siderurgia e o petróleo, por exemplo, ou mais tarde com a criação do CNPq em 1953. Nesse sentido, também podemos relacionar o período de 1964 a 1985, onde os militares eram os principais atores do processo político decisório brasileiro. Nesse contexto, podemos afirmar a importância do estudo da História do Exército para a compreensão dos projetos desenvolvidos durante esses 21 anos bem como de melhor compreender a política externa brasileira, principalmente nas áreas de segurança e defesa nacional.

Em fim, se propôs aqui refletir sobre a construção histórica do pensamento militar durante toda a República. Destaca-se a luta interna de diversos modelos de instituição, sobre o qual sobressai um grupo de oficiais que desenvolvem uma determinada ideia. De forma geral, esta é associada a uma constante preocupação com a modernização industrial brasileira e especificamente na área militar. Isto significa dizer, ter sua própria indústria para a fabricação de seus equipamentos e armamentos, as quais eram consideradas pelos militares, como de interesse nacional, acima da apenas sobrevivência institucional. Essas ideias foram elaboradas e defendidas em meio a um intenso debate e lutas internas e influência dos acontecimentos da vida política brasileira e internacional, onde o Exército esteve participando ativamente, como foram a Guerra de Canudos ou entre outras já identificadas anteriormente.

Destacou-se inicialmente um Exército por se tornar uma instituição nacional. Com os anos e as experiências vivenciadas, seja nacionalmente ou por observações aos acontecimentos e avanços militares internacionais, houve constantes reflexões e debates

sobre a necessidade de atualizações e maior profissionalização, incluindo a estrutura física e doutrinária. É nesse contexto que a revista *A Defesa Nacional* insere seu debate. Ou seja, os autores dos artigos, compostos por oficiais militares das três forças brasileiras e estrangeiros, além da participação de civis brasileiros apresentavam esses questionamentos e opinava qual deveria ser o caminho a ser seguido.

A pauta era como acompanhar as inovações tecnológicas e doutrinárias das principais potências militares internacionais, diga-se dentro do Eixo Ocidental. Nesse sentido, a revista se torna uma importante fonte de análise sobre a percepção dos militares brasileiros a respeito das dinâmicas mantidas com os Estados Unidos. Durante todo o período discutiu-se sobre qual modelo deveria ser seguido. Inicialmente a revista pendeu para o Exército alemão, depois para o Frances e em seguida para o norte-americano.

No entanto, a adoção do modelo norte-americano, nunca foi consensual e total. Sempre foi direcionado de acordo com os interesses específicos, armamentos e em períodos específicos combate ao comunismo. Estas ideias estiveram presentes ao longo dos anos na revista. Assim, embora não seja a posição oficial das Forças Armadas, o debate elaborado pelos militares nesse meio de comunicação intramilitar torna-se importante para identificar e analisar a percepção dos oficiais brasileiros a respeito das dinâmicas estabelecidas com os Estados Unidos.

2.3 Contexto nacional: regime de 1964 a 1985

Em 1964, com a deposição do então presidente João Goulart iniciou-se por meio de um golpe de Estado o regime ditatorial civil-militar. De forma geral, nos 21 anos (1964 a 1985) do ciclo dos governos militares, o país ficou marcado por significativas restrições a democracia, como cassações de mandatos, perseguições e assassinatos de opositores do regime. Ao mesmo tempo ocorreu um rápido crescimento econômico, como será visto a seguir.

A partir de 1968, após uma série de ajustes financeiros e fiscais, o Brasil passou a ter, até meados de 1973, uma forte expansão econômica. Baseado principalmente no grande investimento em empresas públicas, do setor privado e de capitais externos, o PIB brasileiro cresceu na taxa dos 10% ao ano. Destacaram-se os setores da indústria siderúrgica, petroquímica, construção naval e geração de energia hidrelétrica e nuclear,

que com competitividade trouxeram significativos lucros. O país também passou a investir em obras de infraestrutura, enfatizando a construção de rodovias, como por exemplo, a faraônica Transamazônica, a qual tinha por objetivo interligar toda a região Norte. Esse período ficou conhecido como *Milagre Econômico*.

Inserido nesses programas desenvolveram os projetos de defesa que se baseavam na Doutrina de Segurança Nacional, cujo ideal visava a construção do destino brasileiro de se tornar uma potência regional, o qual ficou conhecido como *Brasil Grande Potência*. Destacando-se a formação e inserção no mercado internacional das indústrias de material bélico, ANGESA e IMBEL, que passaram a produzir armas leves e tanques de baixa tecnologia. Outro projeto que se destacou foi à busca pela obtenção da tecnologia nuclear. Tendo intenções duais, do lado civil a construção de usinas nucleares, responsáveis por produção de energia atômica bem como de uso militar, desenvolvida de forma sigilosa pelas Forças Armadas. O que nos interessa para a compreensão das relações Brasil e Estados Unidos é que tais programas geraram intensas discussões. Do lado brasileiro buscava-se tanto o desenvolvimento, bem como a obtenção de tecnologia, porém, para os Estados Unidos, não interessava, então havia poucos pontos de convergência na relação. Essas questões, ao longo dos governos não apenas afastaram os dois países, mas também causaram vários litígios no âmbito político-diplomático, o mais conhecido foi o rompimento em 1977 por parte do Brasil dos acordos militares assinados em 1952.

No entanto, esse crescimento se sustentou por poucos anos. O primeiro abalo veio com o choque do petróleo em 1973 e por fatores internos e externos, como as características do próprio modelo de desenvolvimento bem como de acontecimentos internacionais que mudaram a conjuntura, o Brasil na década de 1980 passou a mergulhar em uma grave crise econômica que concomitantemente com uma crise política, marcou o final do regime. O modelo de desenvolvimento brasileiro era sustentado por sucessivos empréstimos externos pagos em dólar e tinha como principal matriz energética o petróleo, que era praticamente todo importado. Dois fatores internacionais modificaram abruptamente o cenário da compra e venda dessa commodities, fundamental para manter o crescimento econômico brasileiro.

Em 1971, o governo norte-americano decidiu desvalorizar o dólar perante o ouro, causando a queda da paridade entre essa moeda norte-americana e do ouro, desregulamentando o sistema monetário internacional, cujas economias dos países Ocidentais se baseavam. Isso atingiu em cheio o Brasil, que utilizava tal moeda para o

pagamento dos empréstimos e compra do petróleo, ou seja, aumentou em muito o custo de crescimento, ficando muito mais difícil manter a balança de pagamentos positiva. Para compensar, o Brasil precisava exportar mais.

Para piorar, em 1973 ocorreu o primeiro choque do petróleo. Situado no contexto de guerra entre Israel e Egito, os países membros da Organização dos Produtores de Petróleo, como meio de retaliação a interferência dos EUA em apoio a Israel nesse conflito, iniciaram um processo de nacionalização das empresas, diminuíram a produção e aumentaram o preço do barril em mais de 300%. Com o primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973, o preço do barril passou de US\$3,37 para US\$11,25, ficando difícil para o Brasil manter a balança comercial favorável, que já a partir de 1974 apresentou déficits de 4 bilhões de dólares ao ano. Concomitantemente houve uma aceleração da taxa de inflação, chegando a 94,7% ao ano no final da década e a dívida externa brasileira chegou a US\$ 90 bilhões.

Ao mesmo tempo, os *anos de chumbo* também se esgotaram, iniciou-se um processo de abertura política pelo próprio regime. Tendo como marco inicial a vitória da oposição, o então partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro), nas eleições legislativas de 1974 o regime através de seus líderes, destacando o General Golbery de Couto e Silva, articularam e executaram um processo destinado a reconduzir as instituições políticas do país, de forma gradual e segura, ao Estado de Direito e a democracia.

2.4 Contexto nacional durante o governo de João Batista Figueiredo (1979 a 1985)

Assim, o general João Batista Figueiredo assume a Presidência da República já numa aprofundada crise econômica. Com isso o governo durante os anos de 1979 a 1985 adota a recessão como medida política. Para tentar pagar sua dívida externa e subsidiar o pagamento do petróleo, o governo diminuiu drasticamente os investimentos públicos, comprometendo ainda mais os programas industriais e nisso incluiu os fundamentais investimentos em setores do desenvolvimento de projetos militares brasileiros:

Não cabia mais ao Brasil ‘escolher’ ou ‘recusar’ uma recessão. Em fins de 1982 a necessidade de evitar a inadimplência externa suplantou todas as demais metas econômicas. PIB, produção industrial, emprego, bem-estar

social, tudo ficou subordinado à descoberta de dólares para pagar os juros da dívida. (SKIDMORE, p. 458).

Também aliado as constantes pressões internacionais, liderados pelos EUA, o programa nuclear brasileiro passava por uma série de dificuldades. Embora tenha assinado um contrato de transferência de tecnologia com a Alemanha em 1976, o Brasil interrompeu a construção das usinas nucleares em Angra, no Estado do Rio de Janeiro. Além de encontrar muitas dificuldades de importação de material nuclear, essencial para continuar os projetos de cunho militar.

As indústrias de armamentos tiveram ao longo dos anos de 1979 a 1981 o auge de suas exportações. O conflito no Oriente Médio tornou-se uma grande oportunidade, e através de contratos com o Iraque, passou a vender tanques de guerra e armamentos leves, tornando-se uma das mais importantes fontes de exportação brasileira. Como foi o caso da Engesa:

A Engesa exportou blindados para mais de 20 países no Oriente Médio e na África. As receitas anuais de exportação somaram mais de US\$ 53 milhões, no período 1977–82, e US\$ 122 milhões, no período 1983–88. No artigo “A indústria brasileira de defesa: o setor de carros de combate e a Engesa”, os professores Eduardo Strachman e Eduardo Becker avaliam que a Guerra Irã-Iraque (1979–88) foi a principal responsável pela promoção das exportações bélicas.⁸

Embora o Brasil tenha tido sucesso nas exportações bem como formar um grupo de indústrias responsável pela grande parte do fornecimento de material leves para as Forças Armadas, haviam-se grandes dificuldades em manter projetos que envolviam o desenvolvimento tecnológico, tão caro para os militares. Pois a tecnologia era praticamente toda importada e para o desenvolvimento de tal, o Brasil encontrou ao longo dos anos dificuldades do meio internacional, principalmente dos Estados Unidos.

Nesse contexto, este período suscita importantes questões sobre o pensamento militar brasileiro, os projetos de desenvolvimento tecnológicos colocado em prática durante o regime militar e a relação com os Estados Unidos num momento em que a conjuntura econômica nacional interrompeu o embalo brasileiro. O pensamento militar brasileiro, nessa conjuntura apresenta novos projetos procurando alterar os existentes?

⁸ Senado, Indústria bélica brasileira. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/estrategia-nacional-para-reorganizacao-e-reaparelhamento-da-defesa/industria-belica-brasileira-a-engesa.aspx>

Acesso em 1 de novembro de 2013.

Os militares, nessa conjuntura, veem a possibilidade de reaproximação com os Estados Unidos? No que convergem e no que não convergem? Como os militares interpretam as ações norte americanas no meio internacional que tem haver com os interesses brasileiros? E como foram debatidas as pautas bilaterais do período como as tensões diplomáticas em torno o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), da regulamentação do acesso ao mercado nacional da informática, do processo de autonomia tecnológica e do papel que as forças armadas brasileiras desempenharam em cada uma dessas temáticas?

No período de 1979 a 1985 o processo de transição do regime político estava em sua fase final, marcando assim, o fim do regime civil-militar ditatorial. As atitudes que marcaram esse processo final foram à extinção do sistema bipartidário (compostos pelos partidos ARENA, aliado ao governo e a oposição MDB), o que provocou o surgimento de diversos partido e a fragmentação em termos de representação da esquerda brasileira. Outra medida muito importante foi a suspensão do Ato Institucional número 5 (AI-5) de 1968. Com isso o governo declarou a anistia dos militares e dos perseguidos políticos. Para a pesquisa esse ato é importante, na medida em que o regime, através dessa declaração, reconhece de alguma forma que uma das principais bandeiras que justificaram o regime, a luta contra o comunismo, já não era tão forte assim, pois os presos políticos, acusados de ações comunistas foram soltos e não era mais considerado crime. Assim, umas das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional não eram reconhecidas pelo regime político, já em fase de encerramento. Como se vera na abordagem seguinte, isso influenciou na medida em que na política externa do governo Reagan, correspondendo aos anos do ultimo governo militar, houve uma retomada dos ideais da Guerra Fria, ou seja, o combate ao comunismo retornou a pauta principal da pautando a agenda norte-americana para os países latino-americanos.

Assim, interroga-se, como no meio militar aprece essa discussão e quais eram as discussões sobre essa posição norte-americana. Isso tem consequências fundamentais no tipo de forças armadas futuras, pois influencia no formato e no tipo de combate a que ela se propõe. Perpassa pela percepção de quais seriam as ameaças identificadas pelas Forças Armadas brasileiras, elas convergem com as norte-americanas, se não, quais são? Em que contexto interpretativo elas fazem parte?

Outro questionamento importante sobre a transição política é em identificar no meio militar se o processo de transição, onde seus oficiais retornam a caserna causou alguma alteração no relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, bem como no

próprio pensamento e interpretações sobre o futuro, se indicavam alguma mudança nos seus projetos e se esse momento serviria para uma possível reaproximação com os Estados Unidos.

2.5 As relações militares entre Brasil e Estados Unidos (1964 a 1985) no âmbito diplomático

No Brasil, destaca-se no período de 1964 a 1985 o desenvolvimento de um projeto nacional denominado *Brasil Grande Potência* onde o país buscou ampliar sua participação política e econômica no cenário regional e internacional. Na área de defesa e segurança, houve dois principais projetos. Um deles se refere a formação de uma indústria de material de defesa, tendo como objetivo fornecer armas e equipamentos às Forças Armadas, promovendo assim, sua autonomia em relação a compras externas bem como a exportação de tais equipamentos para outros países. Já o outro projeto foi sobre a obtenção e desenvolvimento de tecnologia nuclear, onde se intensificou os esforços ao longo dos anos para a obtenção do ciclo completo dessa tecnologia.

Estes projetos baseavam-se na perspectiva de um desenvolvimento econômico industrial nacional mais amplo e justificavam-se na ideia da necessidade de uma autonomia brasileira em áreas consideradas essenciais para a manutenção da soberania nacional. Nessa conjuntura a política externa brasileira do período foi marcada pela multilateralização de suas relações, onde o Brasil buscou novos contatos e parcerias para a realização de seus interesses. Assim, principalmente a partir do segundo governo ditatorial civil-militar, tendo à frente o general Costa e Silva, houve uma maior aproximação com países da Europa, Oriente Médio, África, Ásia e nos últimos anos do regime com a América Latina, seja através da assinatura de acordos para a compra e transferência de tecnologia, bem como de relações comerciais envolvendo as indústrias de material bélico brasileira. A República Federal da Alemanha, por exemplo, ao se comprometer em transferir tecnologia nuclear ao Brasil tornou-se na década de 1970 um importante parceiro nos projetos militares brasileiros por meio da assinatura de um acordo nuclear com o Brasil e na década de 1980 com a própria Argentina (VISENTINI, 1998; CERVO, 1998). Já o Irã e o Iraque tornaram-se os principais importadores de material bélico brasileiro, principalmente dos tanques e armas leves (TEMPESTINI, 1998; BANDEIRA, 1989).

É nesse contexto que ocorreram as relações militares com os Estados Unidos. Ao analisar a política externa brasileira do período de 1964 a 1985, como já indicado acima, identifica-se uma continuidade dos seus objetivos, os quais se destinavam a busca constante a uma autonomia tecnológica militar. No contexto da Guerra Fria inicialmente a elite civil-militar brasileira considerou os Estados Unidos seu principal parceiro, sendo que no primeiro governo o Brasil assumiu uma postura de alinhamento automático com os Estados Unidos. Entre outras atitudes, destacam-se o rompimento diplomático brasileiro com Cuba, seu afastamento da China Popular, envio 1,1 mil soldados para a Força de Paz Interamericana da República Dominicana em abril de 1965 bem como apoio aos Estados Unidos em sua iniciativa de constituição de uma Força Multinacional de Paz no âmbito da OEA.

Em resposta a essa postura, o Brasil esperou dos Estados Unidos, além do apoio econômico, o reconhecimento como uma subliderança regional militar, dando-lhe um tratamento especial e auxiliando o Brasil nos seus projetos. No entanto, já no governo de Costa e Silva (1967-1969) se percebeu os limites dessa relação. Para os Estados Unidos, a aproximação militar com o Brasil esteve relacionada a duas questões mais amplas, a luta para a contenção do comunismo e de questões de cunho econômico, como a formação ou ameaça a mercados norte-americanos (MOTT, 2002). Nesse primeiro aspecto, desenvolveu o programa de assistência militar que buscou ao longo dos anos fornecerem ajuda a países considerados de risco. De modo geral, nesse programa, a América Latina, incluindo o Brasil, poucas vezes se tornou prioridade, o que de certo modo levou a uma pequena convergência entre os objetivos dos dois países e a decepção brasileira com relação aos Estados Unidos durante os 21 anos em análise (MARTINS FILHO, 2005; SVARTMAN 2012).

Na verdade, identifica-se através da bibliografia a respeito tanto da política externa brasileira, bem como das relações entre os dois países que, para os Estados Unidos, os objetivos brasileiros foram de encontro aos seus interesses, pois representavam principalmente uma possível ameaça a seu monopólio em certos mercados, como foi o caso da tecnologia nuclear, o qual até então dominada pelos norte-americanos e da concorrência no mercado internacional de material bélico (BANDEIRA, 1989). Então, em muitos casos, por meio de instituições internacionais ou de ações bilaterais, os Estados Unidos agiram de forma a limitar o acesso tecnológico brasileiro, o que conseqüentemente provocaram por diversas vezes litígios e

até contenciosos militares entre os dois países, sendo o caso mais conhecido, o famoso rompimento brasileiro do acordo militar secreto de 1952 em 1977.

É importante observar que mesmo no período do presidente Figueiredo, onde domesticamente passava-se por uma profunda crise econômica e pela transição política, os projetos militares brasileiros mantiveram ou se renovaram e concomitantemente os atritos com os Estados Unidos. A busca pelo domínio completo do ciclo nuclear continuou através do Programa Nuclear Paralelo. Dessa forma, a Argentina que já vinha desenvolvendo seu projeto nuclear desde os anos 1960 e por encontrar menores dificuldades políticas internacionais, vinha dando resultados mais satisfatórios do que o programa brasileiro, o que a tornou uma importante parceira (TEMPESTINI, 1998). Superada a tradicional rivalidade, os dois países assinaram em 1980 um acordo definindo ajudas recíprocas na área nuclear, além da cooperação de aviões e mísseis (BANDEIRA, 1989). Mas os Estados Unidos, ao perceberem nesses acordos uma grande possibilidade de avanço nessa área entre os dois países sul-americanos, passaram a ver com alarme esse acordo e pressionou Brasil e Argentina principalmente por meio da Agência Internacional de Energia Atômica.

As indústrias brasileiras de material de defesa também continuaram seus projetos de fabricação e exportação desenvolvidos em governos anteriores. Devido ao conflito no Oriente Médio, o Brasil encontrou grandes mercados para a venda de seus blindados e equipamentos militares, em especial Líbia e Iraque (TEMPESTINI, 1998). No entanto, para o governo norte-americano tais relações comerciais foram consideradas problemáticas, já que a Líbia era considerada um país inimigo dos Estados Unidos. Para impedir tal comércio, os Estados Unidos, através de um memorando de entendimento, propuseram ao Brasil transferência de tecnologia para o desenvolvimento da indústria de material de defesa brasileira, em contrapartida, numa das cláusulas do contrato o Brasil ficaria impossibilitado de vender tais armas para países inimigos dos Estados Unidos, diga-se Líbia. Assim, o acordo não foi posto em prática.

Com a política externa desenvolvida por Ronald Reagan, houve uma intensificação do conflito Leste-Oeste e buscou-se realinhar os países Ocidentais as suas políticas. Porém, bem longe dos problemas e aspirações brasileiras estas estavam. Desse modo, o Brasil se negou a aderir na ONU, às propostas dos Estados Unidos de sanção contra a União Soviética e sua invasão ao Afeganistão, criticou as ações militares intervencionistas na América Central e em Granada bem como negou a proposta norte americana de estabelecer um pacto político-militar nos moldes do Tratado do Atlântico

Norte entre Brasil, Estados Unidos, Argentina e África do Sul. Até a Guerra das Malvinas tornaram-se representativas para as relações militares entre os dois países (HIRST, 2009). Os Estados Unidos apoiar a Inglaterra, o Brasil interpretou que havia um limite bem claro nos acordos interamericanos (TIAR e OEA). Dessa forma, as Forças Armadas Brasileiras repensaram o grau de confiabilidade e credibilidade norte-americana para a segurança nacional e houve até uma reelaboração de suas doutrinas militares. Assim, observa-se que em termos diplomáticos, manteve-se um distanciamento entre Brasil e Estados Unidos. Identifica-se que para o Brasil, se deu em virtude da sua constante busca por tecnologia militar, mas que pouca convergência obteve com os interesses norte-americanos.

O objetivo deste memorial foi compreender como historicamente os militares brasileiros construíram seu pensamento em relação a segurança e defesa nacional. A partir da melhoria na formação de seus quadros com os jovens turcos, missão francesa e formação nos Estados Unidos, melhorias nas instalações físicas e dos equipamentos bem como pelo fortalecimento político a partir de 1930 a 1945, houve a construção de um pensamento modernizante, não apenas para a sua corporação, mas para todo o país, o que se tornou um elemento de legitimação do protagonismo político do Exército Brasileiro. Nesse contexto que surgiu a revista *A Defesa Nacional*, sendo que sua pauta era a identificação e discussão sobre o que consideravam os problemas nacionais.

Como se observou, a relação diplomático-militar entre Brasil e Estados Unidos durante o regime militar de 1964 a 1985 foi pautado do lado brasileiro pelo nacional desenvolvimentismo, pela aquisição de tecnologias para uso militar e civil bem como pelo reconhecimento do Brasil como um país importante regionalmente e com o direito de uma maior representatividade no sistema internacional. Ao longo da análise da revista durante o período em foco, observaram que este pensamento brasileiro manteve-se constante, mesmo os articulistas identificando um sistema internacional pouco propício para seus objetivos, não indicavam mudanças em seus projetos de inserção internacional brasileira. É nesse aspecto que encontramos pouca convergência entre as posições norte-americanas no sistema internacional, regional e nas relações bilaterais.

3. O PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO E OS ESTADOS UNIDOS: A REVISTA A DEFESA NACIONAL NO FINAL DO REGIME MILITAR (1979 A 1985)

3.1 Introdução

Este trabalho estuda as relações militares do Brasil com os Estados Unidos a partir da perspectiva dos articulistas da revista *A Defesa Nacional* do período de 1979 a 1985. Por ser um contexto historicamente representativo para a dinâmica bilateral e para o pensamento militar brasileiro, optou-se em delimitar o recorte temporal desta pesquisa pelos anos de 1979 a 1985. Politicamente se refere ao encerramento do ciclo dos governos militares. Já na economia, o país que havia passado nos governos anteriores por uma projeção econômica na arena internacional, no respectivo período enfrentava os constrangimentos externos como a crise do petróleo, juros, protecionismo, dívida e o fim do modelo econômico nacional do desenvolvimentismo (VIZENTINI, 1998; SENNES, 2003). Ou seja, o país passava por mudanças nacionais e internacionais significativas.

Em termos das relações militares diplomáticas com os Estados Unidos no período em análise, é consolidada a argumentação da pouca convergência entre as agendas dos dois países (HIRST, 2012; BANDEIRA, 1989; VIZENTINI, 1998; CERVO, 1998). No entanto, as dinâmicas estabelecidas com o país hegemônico influenciaram durante a segunda metade do século XX, desde diretrizes até a infraestrutura das Forças Armadas Brasileiras, tais como tipos de equipamentos, treinamentos ou na doutrina, por exemplo (SVARTMAN, 2011). Estudar a presença dos Estados Unidos nas Forças Armadas Brasileiras contribui para o próprio debate sobre como os militares interpretavam os objetivos e perspectivas da defesa e segurança nacional e de uma forma ampla, sobre as perspectivas de segurança e defesa pensadas pelo país, na medida em que os militares eram atores importantes no processo decisório nessa área (VIZENTINI, 1998; MARQUES, 2001).

Sendo os primeiros contatos iniciados em 1922, foi com a formação da Comissão Mista Militar de 1942 o marco inicial da aliança formal significativa e duradoura entre os dois países (SVARTMAN, 2011; MACCANN, 2013). Nos anos finais da Segunda Guerra Mundial e os primeiros anos da Guerra Fria o padrão desse relacionamento durante as quatro décadas seguintes foi elaborado. Do lado brasileiro,

no decorrer da Segunda Guerra Mundial a dinâmica de aquisição de armas, busca pela autonomia na indústria de defesa e uma supremacia regional definiram-se como as intenções na aproximação de cunho militar com os Estados Unidos. Esta agenda se expandiu durante toda a Guerra Fria, como apontou os estudos de Svartman:

(...) as relações militares entre Brasil e Estados Unidos durante a Guerra Fria foram, apesar das redefinições conjunturais e da evolução de suas relações mais amplas, tributárias de um padrão estabelecido durante a II Guerra Mundial. Nesse período foram assinados acordos diplomáticos e criados canais institucionais formais que viabilizaram um grau de interação elevado entre os oficiais de diferentes Forças dos dois países. Nesse período, os militares brasileiros definiram seus objetivos de longo curso que informaram a relação com os EUA: aquisição de armas e equipamentos, desenvolvimento de uma indústria bélica autônima (ligada a industrialização mais ampla do país) e supremacia militar regional. (SVARTMAN, 2011, p.2)

Nesse período os Estados Unidos estabeleceram suas intenções para o continente, ou seja, como território de sua influência. Não fazendo distinção, os países da América ficavam sobre seus cuidados em termos de segurança e defesa, sendo o principal objetivo a luta contra a presença e expansão soviética na região (MARTINS FILHO, 2005). É com essa justificativa que se explica as diversas invasões de cunho militar pelos norte-americanos a países da América Central na década de 1960 e 1980, por exemplo, ou da formação dos próprios órgãos regionais de segurança ou de integração Tratado Interamericano de Defesa (1947) (TIAR) e Organização dos Estados Americanos (1948) (OEA) (HIRST, 2009; BANDEIRA, 1989).

Nos anos iniciais da ditadura militar brasileira de 1964, houve uma estreita aproximação com os Estados Unidos, refletindo-se em treinamentos contra a guerrilha, compra de armamentos e maior contato entre oficiais⁹. No entanto, ao passo que a luta contra o comunismo perdia seu fôlego no Brasil e a agenda de modernização das forças, da transferência de tecnologia e apoio norte americano para a construção da supremacia regional brasileira foi mais enfatizada, houve um progressivo distanciamento da dinâmica militar entre os dois países. Para Washington os interesses brasileiros não faziam parte da sua agenda para a região e para o Brasil, o comunismo não era a prioridade na dinâmica militar bilateral. Nesse contexto, identifica-se a partir dos

⁹ Mesmo reconhecendo as assimetrias, do lado brasileiro, a cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos desde o seu início foi marcada por um pragmatismo. A pauta brasileira era a industrialização e aquisição de armas definiu os interesses do Brasil na cooperação com os Estados Unidos. Ver **SVARTMAN, Eduardo Munhoz**. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos nas décadas de 1930 e 40. Estudos Ibero-Americanos (PUCRS. Impresso), v. 34, p. 76-91, 2008.

primeiros anos da década de 1970 desencontros das agendas e até mesmo alguns contenciosos¹⁰.

Assim, chega-se ao governo Figueiredo (1979 a 1985) com uma dinâmica bilateral militar desgastada. A bibliografia a respeito estuda as relações entre os dois países a partir de uma perspectiva das atividades diplomáticas, porém carece-se de informações de como os próprios militares percebiam essa dinâmica.¹¹ Observa-se também, poucos estudos a respeito do período do governo Figueiredo. Como apontamos acima, foram anos de significativas transformações nacionais e internacionais. Estuda-lo pode fornecer informações de quais as visões dos militares sobre o seu cotidiano, definições de projetos nacionais e internacionais na transição política. Então nos interrogamos: quais eram as visões dos próprios militares brasileiros a respeito dessa dinâmica estabelecida com a principal potência mundial?

Para tanto, optou-se pela análise dos artigos da revista *A Defesa Nacional*, do ano de 1979 a 1985. A escolha desse periódico militar se processou pela importância da sua circulação no meio castrense nacional, pela participação significativa e variada de oficiais das três forças nas publicações dos artigos e por possuir um perfil de debate o qual se vinculava as relações militares com os Estados Unidos. Embora não sejam as opiniões oficiais das Forças Armadas Brasileiras, a revista torna-se uma importante fonte para estudar as percepções dos militares brasileiros.

Fundada em 1913, no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro, os artigos publicados ao longo do tempo acompanharam e se posicionaram a respeito dos principais acontecimentos nacionais, internacionais e transformações das instituições militares. Destaca-se uma estreita vinculação, por um viés conservador, com assuntos sobre modernização e industrialização do país e nisso, incluía as suas próprias Forças Armadas (NASCIMENTO, 2010. SVARTMAN, 2011). Nesse sentido, os Estados Unidos eram constância na pauta das edições, em intensidades maiores ou menores, dependendo do período, sejam principalmente por estudos sobre suas atuações no sistema internacional, pelos debates sobre a aproximação ou não as políticas norte-americanas e adoção de um modelo de modernização baseado nas propostas dos Estados

¹⁰ O caso diplomático mais conhecido foi o rompimento brasileiro do acordo secreto de 1952 em 1977. Houve também, a medida de exemplo, nota de rejeição a atitude de invasão norte americana em Granada no governo Figueiredo. Para identificação de outros desencontros ver o memorial.

¹¹ As pesquisas utilizam como fonte e enfoque, questões diplomáticas. Muitas vezes, o assunto está imbricado com outras temáticas da política externa brasileira, como é o caso dos estudos de CERVO (1998), VIZENTINI (1998), HIRST (2009). Casos que estudam as relações militares entre os dois países em específico, utilizando fontes diplomáticas e imprensa civil como TEMPESTINI (1998) ou BANDEIRA (1989).

Unidos pelas Forças Armadas Brasileiras. Assim, a pergunta principal que procuramos responder ao longo do trabalho tornou-se a seguinte: quais foram às percepções a respeito da potência hegemônica na imprensa militar especializada do Brasil? E, secundariamente, a quais fatores estavam relacionados?

Para a apresentação da pesquisa, o trabalho foi dividido em três (1) inserção e projeção internacional brasileira; (2) a visão da política externa dos Estados Unidos e (3) os interesses nacionais brasileiros e os projetos militares. Tendo como referencial metodológico a *análise do conteúdo*, identificamos e analisamos 476 artigos distribuídos em 42 edições referentes ao período de 1979 a 1985. Ao longo de cada subitem são identificadas as argumentações defendidas pelos autores e feita a análise sobre como tais temas influenciaram a dinâmica militar com os Estados Unidos. Por último, foram apresentadas as considerações finais.

3.2 Orientação metodológica

A orientação metodológica para este trabalho se deu pela *análise do conteúdo*, tendo como principal autora Laurence Bardin (2004). Este método é destinado principalmente para análise de comunicações escritas, nas quais, partindo-se de um determinado objeto e objetivo de pesquisa, inferem-se os pontos centrais sob análise do pesquisador nos documentos selecionados, organizando, sistematizando e retirando-se os dados¹². Assim, tornou-se uma importante referência no estudo da revista *A Defesa Nacional*, pois seus procedimentos possibilitaram transformar o conteúdo dos artigos em pertinentes informações para a interpretação da percepção dos autores sobre as relações militares do Brasil com os Estados Unidos no período de 1979 a 1985.

Para a abordagem e extração das informações dos textos, foram seguidos cinco passos indicados pelo autor supracitado. São eles: preparação, unitarização, categorização, descrição e interpretação.¹³ Primeiramente foi feita a preparação do material para análise, lendo-se então os 476 artigos publicados nas 42 edições do período de 1979 a 1985. Definidos os documentos para análise, foram agrupadas em conjuntos de dados as afinidades temáticas presentes nos artigos, elaborando um perfil geral da revista e identificando os principais temas abordados Baseadas no

¹² BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

¹³ MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

procedimento anterior bem como na delimitação do objetivo da pesquisa, estabeleceu-se algumas regras para tal. Os artigos sobre problemas políticos nacionais como *caderneta de poupança, políticas programas habitacionais*, foram excluídos. O critério para a inclusão se basearam em informações prévias sobre a dinâmica histórica das relações militares bilaterais entre os dois países em foco, bem como nos próprios apontamentos dos autores sobre essa dinâmica. Então, fizeram parte os textos referentes a assuntos especificamente militares, intitulados em sessões tais como *Formação, tática e técnicas militares*, modelos econômicos nacionais, como *Administração, economia e finanças ou Direito e regulamento*, discussões sobre política externa brasileira e assuntos relacionados às análises do sistema internacional como *Política geopolítica e estratégia* e história das instituições e personagens importantes das Forças Armadas, no qual aponta os objetivos e visões longo prazo, como *Estudos históricos, História e educação*.

O passo seguinte baseou-se na organização do material por meio do procedimento de unitarização. O trabalho consistiu em agrupar em conjuntos de dados afinidades temáticas presentes e pertinentes para a pesquisa, codificando-as. Para tanto, fez-se uma nova leitura do material selecionado e estabeleceram-se as unidades de registro. No caso, nesta etapa foram optadas pela elaboração unidades temáticas definidas pelos editores do periódico. O objetivo foi estabelecer o seu perfil temático, saber quais assuntos se destacavam como prioridades, suas intensidades. Também se conseguiu identificar como o relacionamento militar do Brasil com os Estados Unidos eram apontados e as quais temáticas se relacionavam.

Para melhor análise das unidades, foi feito um novo reagrupamento. Não foi alterada a classificação feita pela revista, mas apenas, através da leitura dos subtítulos e artigos, tais temáticas foram reagrupadas em seis:

• **Grupo temático 1:** *Administração, Economia e Finanças; Direito, Legislação e regulamento*. São temas ligados a análises das políticas econômicas nacionais do período, como participação do Estado na economia, modelos econômicos, distribuição e produtividade, os problemas da caderneta nacional, programas de energia, modelos de transporte, programas de habitação, teleinformática, ações do empresariado. Ou seja, não é um assunto propriamente militar, mas envolve problemas econômicos e políticos nacionais, os quais em alguns deles, foram relacionada com questões da Segurança e Defesa nacional. Para a pesquisa, os artigos desse grupo temático foram importantes na medida em que apontaram a indicação de quais modelos econômicos nacionais eram

defendidos e seguidos, isso influenciou a forma e posições mantidas com os Estados Unidos.

- **Grupo temático 2:** *Ciência e tecnologia; Ciência, Tecnologia e Indústria.* Referem-se a assuntos ligados a propriedade industrial e transferência de tecnologias, debate sobre informática, telecomunicações, rearmamento e tecnologia, política tecnológica brasileira, participação científica brasileira do Brasil, petróleo, tecnologia de ponta desenvolvida no Brasil (Embraer), cabodifusão, indústria aeroespacial brasileira. Este grupo temático forneceu importantes informações a respeito da dinâmica relacionada com os EUA, pois as questões de ciência e tecnologia compuseram uma das principais pautas no histórico do relacionamento com os Estados Unidos, sendo no período em foco um fator de distanciamento e de contenciosos militares, destacando-se as diversas formas de cerceamentos norte-americanos em relação à busca pela autonomia militar brasileira nessas áreas.

- **Grupo temático 3:** *Educação e Psicologia; Educação, Comunicação, Saúde e Saneamento; Educação, Psicologia e Comunicação; Ensino e Educação.* Engloba artigos os quais discutem assuntos relacionados à educação militar e suas instituições como a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e internacionais como a norte-americana *West Point*. Também contou com artigos sobre o estudo de doutrinas militares e biografias de militares importantes para o sistema de educação e desenvolvimento das Forças Armadas Brasileiras. Neste grupo, a importância se refere aos artigos que apontaram os objetivos institucionais de longo prazo considerados importantes, bem como os autores observavam as instituições educacionais militares norte-americanas.

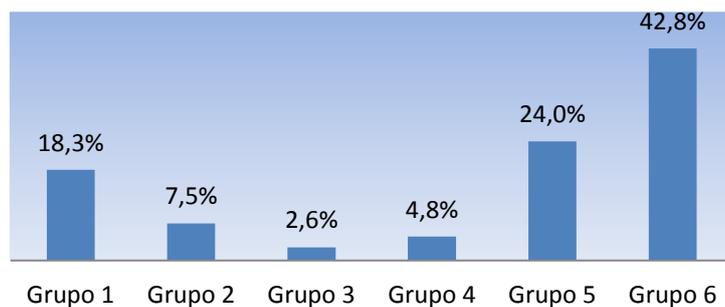
- **Grupo temático 4:** *Estudos históricos, jurídicos e sociais; História Comunicação, educação; História e educação; História Ensino e Educação; História, Educação e estudos sociais; História, educação, moral e civismo; História, Geografia; História, Geografia; comunicação; Parte especial; (se refere a homenagens sobre o aniversário da revista, remetendo a fatos históricos, portanto, incluídos na categoria de História) Sociologia.* São artigos biográficos de oficiais importantes, história da “*A Defesa Nacional*”, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, história da Força Expedicionária Brasileira, história do pioneirismo das escolas técnicas militares no Brasil. É assuntos ligados a educação militar, envolvendo as instituições de ensino das forças.

• **Grupo temático 5:** *Formação, tática e técnicas militares; Tática e Técnicas militares; Organização, táticas e técnicas militares.* Engloba artigos referentes a questões estritamente militares, como, por exemplo, técnicas militares, operacionalidade diversas (comunicação, material bélico, etc), o emprego de novas tecnologias nos campos de batalhas, estudo sobre as forças armadas de outros países, principalmente da América Latina e Estados Unidos, grupo de artilharia, corpo de engenheiros, estudos técnicos diversos (foguetes, tanques, etc), apoios logísticos. Nesse grupo, pode-se identificar dados referentes as necessidades estruturais do Brasil, o intercambio de treinamento de oficiais nos EUA.

Este grupo temático forneceu importantes dados sobre a dinâmica do relacionamento com os Estados Unidos, de como a revista estava preocupada com a constante atualização de suas forças em relação as inovações tecnológicas e doutrinárias internacionais e de como, por sua importância internacional, estava envolvido com isso e conseqüentemente, a importância deste para o Brasil.

• **Grupo temático 6:** *Política, geopolítica e estratégia.* Artigos englobam temáticas relacionadas à estratégia nacional brasileira, política externa brasileira, dos países da região e potências mundiais, posição brasileira frente às regiões internacionais tais como Atlântico, Pacífico, Oriente Médio, etc., teorias geopolíticas, geopolítica e poder mundial, estudos sobre América Central e sua importância para o Brasil, estudo sobre a África, países do América do Sul e o Atlântico ou na Bacia do Prata, com as Guianas, conflito das Malvinas, estratégias militares dominantes. Há também questões da pauta internacional do período, como o terrorismo, pobreza e segurança, estudo da política de defesa dos Estados Unidos, posição das superpotências Estados Unidos e URSS. É interessante destacar que há estudos diversos sobre vários aspectos dos Estados Unidos, como defesa, capacidade industrial, visões geopolíticas norte-americana sobre várias regiões. O comunismo é uma temática muito recorrente, interpretando o grau de influência e da presença soviética em diversas regiões do mundo. Este grupo temático forneceu importantes informações sobre a visão e interpretações dos militares editores dos artigos sobre o sistema internacional, como interpretavam e se posicionavam perante ele, quais ameaças, qual o papel dos Estados Unidos e do Brasil.

Quadro II: quantidade total de artigos produzidos por grupo temático (%)



Fonte: elaboração própria.

Conforme se observa no Quadro II o grupo temático 6 tem 42,8% do total de artigos produzidos, demonstrando a significativa ênfase do periódico em assuntos internacionais e geopolíticos. Em segundo, com quase um quarto dos artigos produzidos (24%) os assuntos especificamente militares e em terceiro lugar, com 18,3% os artigos de políticas públicas, ficando evidente a importância da política para as Forças Armadas Brasileiras. A incidência de temáticas relativas aos Estados Unidos se abstém apenas na temática um, nas outras aparecem de diversas formas, seja através do estudo das doutrinas militares, do modelo educacional militar, dos avanços tecnológicos militares, os quais eram e ainda são referências para todo o mundo, presença e expansão no sistema internacional, assuntos envolvidos a guerra fria, relacionamento bilateral, cerceamentos tecnológicos, questões do conflito Norte-Sul. Ou seja, em todos os grupos temáticos, pode-se verificar significativa presença de informações referentes a interpretação brasileira a respeito da importância e da dinâmica estabelecida do Brasil com os Estados Unidos.

Estas informações foram de suma importância, pois com elas foi possível elaborar o terceiro e quarto procedimentos da análise, a categorização e concomitantemente a descrição. Com o resultado da unitarização e a base do conhecimento bibliográfico, foi possível estabelecer as chamadas categorias de análise. O objetivo foi fornecer uma representação simplificada dos dados brutos por intermédio de uma condensação. Este procedimento consistiu em agrupar dados considerando a parte em comum entre eles e segundo Roque, a regra para o agrupamento pode ser estabelecido *a priori* bem como a partir dos dados¹⁴. No caso foram utilizados os dois, *a priori*, basearam-se nas informações das produções já existentes sobre as relações militares bilaterais, há quais fatores estavam relacionados, a segunda se deu por meio da leitura do material, onde foi identificado há quais temáticas o assunto das relações

¹⁴ BARDIN, op. Cit. p. 105.

militares estava imbricado. Assim, definiram-se quatro categorias de análises: sistema internacional (1), política externa dos Estados Unidos (2), inserção e projeção internacional brasileira (3), energia nuclear, tecnologia e indústria militar no Brasil (4). Nessas temáticas, buscou-se identificar e analisar como os Estados Unidos eram representados pelos autores dos artigos.

Penúltimo procedimento foi a elaboração de uma ficha de conteúdo para cada tema. Com as informações e argumentos gerais de cada um, procurou-se estabelecer um texto síntese em que se expressasse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas¹⁵. Como apontou Roque, é o momento de captar o significado e intuídos das mensagens analisadas.

Observou que embora a revista não tenha como finalidade propagar um discurso oficial das Forças Armadas, o conteúdo e o debate apresentado eram de preocupação e objeto de estudo para os oficiais editores, bem como de interesse dos debates intramilitares, principal público leitor. Portanto, uma fonte significativa para identificar e analisar a visão dos oficiais brasileiros sobre os Estados Unidos no que diz respeito a questões relacionadas às suas atividades profissionais e objeto do nosso estudo.

Para a apresentação do trabalho realizado, ou seja, da análise do conteúdo dos artigos, optou-se pela divisão dos resultados em três subitens: (1) inserção e projeção internacional brasileira na visão dos articulistas; (2) a visão sobre a política externa dos Estados Unidos; e por último, (3) os interesses nacionais brasileiros e projetos militares.

3.3 Os interesses nacionais brasileiros e os projetos militares

Ao longo da análise da revista, identificamos que a percepção dos articulistas da revista sobre os Estados Unidos estavam relacionadas com o debate sobre suas ideias do que consideravam ser seus interesses nacionais mais especificamente dos seus projetos militares. Nesse sentido, durante os anos de 1979 a 1985 encontramos cinco questões principais: (1) questão energética, (2) informática, (3) formação da maritimidade brasileira, (4) discurso desenvolvimentista e (5) indústria de material bélico. Do ponto de vista dos articulistas, estas temáticas justificavam as argumentações de como Brasil deveria se posicionar no sistema internacional, seus objetivos regionais e ao comparar

¹⁵ MORAES, op. Cit. p. 7-32.

com a política externa norte americana identificada pela própria revista, foi possível analisar o impacto de tais ações para os objetivos brasileiros. Assim entendemos que para a compreensão do objetivo deste trabalho é importante ter um tópico discutindo as principais argumentações sobre as questões apontadas acima e de como tais perspectivas influenciaram a dinâmica bilateral.

A questão energética foi uma delas. O debate, como será mais bem desenvolvido em seguida, estava inserido no contexto das consequências da grave crise do petróleo internacional, a qual afetou diretamente a economia e os seus projetos de desenvolvimento nacional brasileiro. Os articulistas debatiam sobre a problemática da dependência energética externa e identificaram soluções futuras, estas, por sua vez, estavam relacionadas aos próprios problemas referentes a segurança nacional. Eram unânimes na defesa do desenvolvimento da energia nuclear, a qual seria utilizada para fins civis, ou seja, produção de energia, bem como apontavam sua importância para uso militar. E é nesse ponto, que identificamos uma das pautas da dinâmica estabelecidas com os Estados Unidos.

Embora não tenha sido tratada de forma direta nos artigos da revista, observamos que houve um distanciamento entre as diretrizes da política externa norte-americana nessa questão e os objetivos expressos pela revista. Pois como se sabe pela bibliografia especializada, houve contenciosos importantes nessa área envolvendo os dois países. Bem como se identifica nesse período uma política externa norte-americana voltada para o cerceamento dos projetos de desenvolvimento nuclear por países em desenvolvimento, principalmente no que diz respeito a possibilidade da produção de artefatos nucleares.

Para a sua compreensão, no entanto, faz-se mister fazer uma breve contextualização histórica do problema. Com as crises do petróleo, em 1973 e 1979, os preços mundiais dessa commodity se alteraram significativamente. Para o Brasil isso resultou numa grave crise econômica, pois, praticamente baseada toda no petróleo, a matriz energética do país, a qual sustentou as altas taxas de crescimento desde o início do ciclo dos governos militares, era importada. Com o aumento desse valor, onde passou dos 400%, o custo de produção brasileira subiu absurdamente. Precisando fazer vários empréstimos internacionais para manter a importação do produto e conseqüentemente o crescimento industrial, tais ações provocaram o endividamento externo brasileiro. No Governo Figueiredo, o país já sofria as consequências manifestadas por meio de uma profunda recessão econômica.

De forma geral, as reflexões começaram pelas investigações ao evidente problema do Brasil ter praticamente uma única fonte de energia e esta ser importada. Nesse contexto, pela falta de recursos financeiros os oficiais acompanharam e vivenciaram o rompimento dos seus projetos nacionais. Assim, a definição da matriz energética tornou-se um problema nacional e provocou intensos debates no periódico e o que ficou evidente, é que está era também uma questão a qual envolvia a área e interesses militares brasileiros. Como apontou o articulista norte-americano Gall Norman em um artigo em desde a década de 1970, o Brasil buscou novas alternativas para essa dependência:

Como a dependência em relação ao petróleo importado deixou vulnerável financeira, geopolítica e logisliticamente às oscilações de preço e de oferta durante a década de 70, o Brasil desenvolveu uma diplomacia energética agressiva e multifacetada. O país está também procurando descobrir novas reservas próprias de petróleo, limitar o consumo e desenvolver novas fontes alternativas de energia. Está executando o maior programa de construção de hidrelétricas do mundo, e assinou um acordo comercial com a Alemanha Ocidental para a maior transferência comercial já realizada na indústria nuclear- inclusive para capacidade tecnológica básica para a produção de material para armas atômicas.¹⁶

Um dos problemas apontados foi a vulnerabilidade da Segurança e Defesa do país. Sem o petróleo e uma alternativa de imediato, em um hipotético contexto de conflito internacional ou mesmo regional, as Forças Armadas brasileiras poderiam ter seu fornecimento de combustível no transporte de tropas e armas da defesa do território cortados ou não suficiente.

Nesse sentido, os articulistas identificaram e defenderam novas alternativas energéticas. Dentre elas, o desenvolvimento nacional nuclear. Observou-se em vários artigos a homogeneidade da opinião em relação ao posicionamento que o país deveria assumir. Destacam-se dois argumentos principais. Um deles é a possibilidade dessa energia ser utilizada na produção de eletricidade bem como desenvolver ou obter por compra o domínio da tecnologia para sustentar projetos de cunho militar, como o projeto da construção de submarinos. Ou seja, teria um uso dual.

Outro argumento se refere ao significado da hipótese formulada no pensamento militar a respeito do reconhecimento internacional ao Brasil se este possuísse a tecnologia completa da produção da bomba atômica. Observa-se neste pensamento a ligação com o projeto *Brasil Grande Potência*, ou seja, uma nação a qual aspiraria a ser

¹⁶ NORMAN, Gal. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 66, n. 682, p. 21-46.

uma grande potência deveria ter sua própria bomba atômica, pois num sistema internacional, seria o caminho para ter representatividade e ser respeitada, garantindo por persuasão, sua segurança. Como coloca o Tenente Coronel Marco Antonio Felício da Silva:

Mesmo que não exista paridade com os mais fortes, constitui um fator importante de prestígio e de dissuasão limitada. Não é admissível, que qualquer Estado, com aspiração a grande potência, deixe de possuí-las em futuro não muito distante, pois é impossível conjurar o mal negado a sua existência ou estreitando-se num idealismo político, normalmente existente quando não contrariado o interesse do mais forte.¹⁷

Assim, observamos ao longo da análise sobre a temática, que o desenvolvimento nuclear tanto para fins militares como para civis era considerado pelos articulistas como uma necessidade nacional e de suma importância para as Forças Armadas. No entanto, ao observar a agenda entre Brasil e Estados Unidos nesse ponto, identificam-se distanciamentos e até contenciosos envolvendo os dois países. O Brasil, ao querer desenvolver a tecnologia nuclear, passou a buscar parceiros, além dos Estados Unidos. Nesse sentido, já em 1975 assinou contrato com a Alemanha para a construção de usinas nucleares e secretamente ajudar o Brasil na construção da bomba nuclear. Internacionalmente, essas ações sofreram diversos cerceamentos, impossibilitando a concretização completa dos projetos militares brasileiros, como foi o caso da construção do submarino nuclear. Já se reconhecia no período que tais políticas internacionais eram desenvolvidas pelas grandes potências, as quais tinham por objetivo, impedir a aquisição e produção de armamento nuclear pelos países em desenvolvimento. Inseridos nesse contexto, onde se inclui ações diretas dos Estados Unidos, podemos identificar que os objetivos brasileiros expressos na revista e as ações norte-americanas no assunto nuclear eram divergentes.

O debate a cerca da informática também obteve destaque como um dos principais problemas nacionais elencados pela revista, principalmente para a modernização das Forças Armadas. Ao comparar com a agenda Brasil e Estados Unidos durante o período em análise, verificamos, em termos diplomáticos, contenciosos entre os dois países, principalmente em torno das práticas de reserva de mercado brasileira.¹⁸ Nesse contexto a análise desse tema na revista também se torna importante para compreendermos a percepção dos articulistas sobre os Estados Unidos. Observamos

¹⁷ SILVIO, Marco Antonio Felício Da. Necessidade de nuclearização das Forças Armadas Brasileiras. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 70, n. 712,1984. p.110.

¹⁸ Bandeira, 1989. p. 27.

que, mesmo não diretamente presente nos discursos, os autores identificavam o pouco grau de convergência entre o que consideravam como interesse nacional nessa temática e as ações norte-americanas.

De forma geral identificamos nos discursos dos articulistas a inserção do Brasil como um país em desenvolvimento e que ainda não possuía essas tecnologias, assim tinham o interesse em buscar atingir melhor independência nessa área, em especial, para o uso das Forças Armadas, sendo uma garantia da soberania nacional. Como apontou o general Jayme Miranda:

Os países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento, não possuindo, como os desenvolvidos, uma infra-estrutura tecnológica no campo da informática, estão permanentemente dependentes de outros, o que lhes tira a autonomia indispensável para o exercício pleno de sua soberania. Por fim, a dependência se agrava ainda mais quando a estrutura, seja dos Órgãos Governamentais seja das Forças Armadas, depende, para seu funcionamento, de equipamentos, suprimentos e manutenção alienígenas o que pressupõe a possibilidade de interrupção, levando ao caos administrativo e prejuízos de grande monta a segurança nacional.¹⁹

Já apontamos que a revista estava vinculada a discussão sobre modernização e ao fazer análises das inovações em termos de armamentos, observavam cada vez mais a utilização dessa tecnologia, aonde os equipamentos militares da época estavam implantando e utilizando cada vez mais sistemas baseados em programas de computadores. Assim defendiam que o Brasil precisava obtê-la.

Ciência e tecnologia vem contribuindo de forma cada vez mais crescente, significativa e decisiva com a arte da guerra a crescente 'eletronização' dos equipamentos bélicos os torna cada vez mais vulneráveis à guerra eletrônica.²⁰

Os militares apontavam a necessidade de o Brasil acompanhar essa inovação. Para tanto, inserido no contexto em que se veem como uma grande potência regional, com um importante papel a ser desempenhado, precisariam acompanhar essa evolução. *o domínio da tecnologia, em setor da computação e seus periféricos, é imprescindível a qualquer Nação que pretenda alçar-se à condição de potência* (MARYATH, 1979, p. 50).

No entanto, tal perspectiva da revista, não encontrava respaldo no meio internacional, onde o Brasil sofria várias formas de cerceamentos dos países desenvolvidos, incluindo os Estados Unidos. Desde o início do governo Figueiredo,

¹⁹ MARIATH, Jayme Miranda (GEN.). O processamento automático de dados no Exército. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 66, n. 685, 1979. p. 53.

²⁰ GUSMÃO, Thomas Gonzales De. Aplicações da ciência e da tecnologia na arte da guerra. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 68, n. 698, 1981. p. 115-151.

apoiada pelas próprias Forças Armadas houve diversas ações para criar um mercado nacional de informática, como foi o caso da criação da Secretaria Especial de Informática em 1979. Para as relações bilaterais, a temática foi motivo de atritos, Vizontini descreveu a dinâmica dessa pauta:

A questão da informática passou a receber maior atenção na grande imprensa e a sofrer ataques mais organizados por parte das forças contrárias à reserva de mercado. Em fins de 1982, o presidente Reagan, ao visitar o Brasil, colocou na pauta de negociações a questão da Política Nacional de Informática e conseguiu do governo brasileiro a inclusão deste tema no grupo de trabalho (...). No primeiro semestre de 1983, o clima tornou-se tenso nas relações Brasil-EUA, em função da Política Nacional de Informática: as ameaças de retaliação por parte do governo dos EUA eram veementes.²¹

Outra temática enfatizada como de interesse nacional pelos articulistas foi a chamada busca pela consciência da maritimidade brasileira, ou seja, a sociedade brasileira deveria ter consciência e reconhecimento da importância do Mar territorial brasileiro. Isso significava a defesa do direito de exploração das 200 milhas territoriais brasileiras, investimentos na construção naval nacional, diga-se submarino nuclear brasileiro e na pesquisa para o conhecimento e exploração das possíveis riquezas presentes nesse território. Tal debate estava justificado na importância comercial e em termos de segurança nacional. Um artigo que explorou essas ideias foi do vice-almirante e no período, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas Ibsen Gusmão Câmara:

Em conjunto, petróleo, carvão, fertilizantes, metais e produtos químicos, todos essenciais à economia nacional, correspondem a 90% das importações brasileiras. Em situação de emergência, na qual o tráfego marítimo fosse interrompido, apenas uma pequena proporção dessas importações vitais poderia ser compensada pela produção interna.²²

Nesse seu artigo ele discutiu as percepções de quais são as necessidades brasileiras em termos da segurança nacional pela perspectiva da Marinha. Tendo o mar como o principal meio de exportação e importação brasileira, identificou a necessidade de maiores estudos da sociedade a respeito da importância desse tema, destacando ainda

²¹ VIZENTINI, Paulo. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p. 360.

²² CÂMARA, Gusmão Ibsen. O pensamento estratégico brasileiro: projeção de nossa maritimidade na estratégia nacional. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 66, n. 688, 1980. p.7.

um grande desnível entre a importância do mar para o país e os investimentos em segurança nele realizados. Assim, apontou a necessidade de ser ter uma indústria bélica nacional e um Poder Naval condizente com o tamanho do mar no Brasil. Observamos que os articulistas oficiais da Marinha Brasileira se posicionaram de forma bem clara, ou seja, a defesa do território e o desenvolvimento de uma força capaz de explorar e defender as riquezas nela pertencente. No período, ainda não se sabia ao certo quais eram as riquezas em potenciais, com o pré-sal, por exemplo. No entanto, os militares já tinham consciência que eram muitas e que necessitavam uma Marinha capaz de defendê-la, pois apontavam as graves deficiências na segurança e defesa.

Para tanto, o Brasil necessitava ter um poder naval condizente com o tamanho e relevância do mar para o país. Nesse aspecto se insere a busca pelo desenvolvimento nacional ou compra externa de equipamentos de alta tecnologia, tais como os projetos para a construção de submarinos nucleares. E nesse quesito, observa-se que a percepção brasileira com relação as atitudes dos Estados Unidos não eram positivas, pois praticavam vários cerceamentos, os quais impediam a continuação nos programas brasileiros nessa área.

Um dos mais representativos projetos da modernização das Forças Armadas Brasileira foi o desenvolvimento da indústria de material bélico nacional. Esse debate se tornou parte do perfil do próprio debate da revista *A Defesa Nacional* no período. O que acompanhava o contexto nacional de exportação e armamentos principalmente para países do Oriente Médio, como o Irã. Concomitantemente com a busca pela obtenção tecnológica, Brasil e Estados Unidos tiveram diversos desentendimentos.

Observamos que constroem as argumentações pelo viés histórico. Reconhecem o grande sucesso da indústria bélica nacional se deveu a projetos de longo prazo, iniciados ainda no final da década de 1940. Tem muitos artigos sobre estudos do balanço e importância das indústrias de material bélico no período. Constroem uma visão otimista e consideravam importantes em dois aspectos. Um se refere ao desenvolvimento industrial mais amplo, ou seja, o lucro dessas empresas é significativo para o PIB, em outras palavras, o crescimento brasileiro, como mostra um dado, é a 5º setor mais importante na economia. (trás muitos empregos também, exportam muito e o lucro é alto, mercado altamente lucrativo). O outro fator é a relevância para seu pensamento. A formação do pensamento militar brasileiro esteve envolvida com o desenvolvimento e a independência do fornecimento externo. Os sucessos das indústrias de armamentos significavam a manifestação de Forças Armadas bem equipadas e modernas, então esse

aspecto era crucial para os militares. Eles apresentam diversos artigos apontando os benefícios de ser ter a indústria e as consequências para o desenvolvimento no Brasil através, por exemplo, dos centros de pesquisa da do ITA e do IME.

No entanto, como se sabe e é muito reconhecido na agenda militar entre Brasil e Estados Unidos os grandes contenciosos entre Brasil e Estados Unidos nessa. Como foram os casos de exportação para o Iraque e Irã, inimigos dos Estados Unidos e ao mesmo tempo os principais compradores dos produtos militares brasileiros. Também houve os contenciosos sobre a questão das indústrias brasileiras e seus institutos militares buscarem a obtenção da tecnologia nuclear por meio de parceiros externos como a Alemanha e a França, sabe-se que isso provocou um grande desgaste político-diplomático e por meio de diversas formas de cerceamento norte americano nos organismos internacionais, o Brasil entre outros motivos, teve seus projetos nessa área interrompidos.

O chamado discurso nacional-desenvolvimentista, manifestado na revista por meio da busca pela Ciência e Tecnologia nacional está presente nos artigos de forma geral, por isso mereceu uma análise particular, embora também esteja imbricada com a Política Externa e outros assuntos relevantes também. Para o presente estudo, a questão do discurso desenvolvimentista é importante na medida em que no discurso militar, a garantia da Segurança bem como da Defesa nacional está ligado com o desenvolvimento econômico nacional mais amplo. Com o país bem economicamente, este teria condições de ter Forças Armadas bem equipadas, sendo assim possível garantir a segurança do país.

3.4 Inserção e projeção internacional brasileira na visão dos articulistas

Não haverá ordem internacional consentida e legítima se não houver Estados verdadeiramente autônomos e, para tanto, é fundamental que se altere as regras internacionais que fecham os caminhos para o desenvolvimento.

Ramiro Saraiva Guerreiro, ADN janeiro e fevereiro de 1981.

A ciência e a tecnologia modernamente atuam de forma ampla e decisiva em todos os campos ou expressões de poder. O domínio e a realização do desenvolvimento científico-tecnológico são pressupostos básicos para a

ascensão de qualquer país, a autonomia plena e auto-suficiência econômica e militar.

Major Carlos Pereira Gil, ADN julho e agosto de 1982.

As epígrafes que abrem este tópico são trechos retirados de artigos publicados na revista *A Defesa Nacional* no período em análise. O primeiro é a transcrição de uma palestra feita na Escola Superior de Guerra pelo Ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro no início do ano de 1982. Na passagem citada, o autor enfatiza a dificuldade dos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, em ter participação ou seus interesses representados nos organismos que formavam o sistema internacional. Essa perspectiva faz parte do discurso de legitimação de uma das formas de inserção internacional brasileira, ou seja, como representante desses países do Sul, como eram denominados na década de 1980, de atuar na luta pela reforma dos diversos mecanismos de representações internacionais e buscar maiores espaços de atuação. Ao longo da palestra, o autor também justificou as ações de multilateralização das relações brasileiras, caracterizada pela ampliação dos contatos comerciais, políticos e culturais com diversos países.

A segunda passagem é de um major do Exército Brasileiro e representa um discurso muito recorrente durante todos os anos abarcados pela nossa análise, a busca pela aquisição e desenvolvimento de tecnologia nacional de uso militar, o qual manteria ou daria poder de projeção regional brasileira. Ambos vão ao encontro da política externa brasileira praticada pelo Itamaraty durante o regime militar, como afirma Vizentini ao caracterizar a política externa do governo Figueiredo:

A terceira fase abrangeu os governos Geisel e Figueiredo (1974-1985). Trata-se do apogeu da multilateralização da política externa brasileira. (...) apresenta-se como um instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico industrial e da construção do status de potência média.²³

Esta convergência se torna mais clara na medida em que se identifica a publicação de artigos com autoria de agentes representantes do governo, como o ministro chefe da Secretaria do Planejamento, Antonio Delfim Neto²⁴, o já citado

²³VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. Editora da Universidade UFRGS, 1998. p. 362.

²⁴NETO, Delfim. Manter o desenvolvimento e reduzir a dependência externa. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 67, n. 691, 1980, p. 21-34.

Ministro das relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro²⁵ e o secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, Rubens Vaz da Cunha²⁶. As participações deles se deram por meio de transcrições para a revista de palestras feitas por eles na ESG, de textos de justificativa das ações da política externa brasileira ou por meio da análise do sistema internacional. Em nenhum deles houve alguma nota de posicionamento contrário a tais ideias expostas ou de textos de crítica a tais políticas.

Comparando com os conteúdos dos textos dos articulistas militares, identifica-se uma convergência de ideias, pois para os militares a forma de projeção internacional brasileira estava relacionada com as suas definições de interesse nacional na área de seus estudos. Em termos práticos, identificamos o desenvolvimento industrial bélico, apontando a importância de se ter uma indústria de defesa e tecnologia nuclear para fins militares, bem como é possível constatar nas palavras dos autores a deficiência dos organismos regionais de segurança como o TIAR e a OEA, utilizados como ferramentas para legitimação das ações dos países desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos.

Como apontou o Tenente Coronel Marco Antonio Felício da Silva²⁷, no artigo intitulado *Necessidade de nuclearização das Forças Armadas Brasileiras*. Para o autor, uma nação que aspira ser grande potência deve ser nuclearizada, ou seja, possuir a tecnologia para a fabricação de artefatos nucleares para fins militares. Partindo de um pressuposto realista, o autor analisa o sistema internacional pós Segunda Guerra Mundial, como um sistema desigual, dominado pelas grandes potências, *mandam os mais fortes, sofrem os mais fracos*. Assim, aponta que a maneira do Brasil garantir sua segurança é a nuclearização. Esta busca pela autonomia se desenvolveu em meio ao debate sobre as consequências da dependência externa de fornecedores de materiais e tecnologia em áreas identificadas sensíveis para a segurança e defesa do país.

A própria Guerra das Malvinas intensificou a certeza dos militares a respeito da dependência externa, em *Malvinas: uma guerra para reflexão*, o tenente coronel Théo

²⁵ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Visão da conjuntura e comportamento diplomático brasileiro. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 68, n. 693, 1981. p. 51-58.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. A política externa do Brasil. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 68, n.698, 1981. p.17-32.

²⁶ CUNHA, Rubens Vaz Da. A transição energética: tempo, capital e tecnologia. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 68, n. 694, 1981. p.181-188.

²⁷ SILVIO, Marco Antonio Felício Da. Necessidade de nuclearização das Forças Armadas Brasileiras. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 70, n 712, 1984. p.109-129.

Bastos²⁸, ao analisar o episódio do boicote de peça de reposição para armamentos articulado pela Inglaterra, conclui que:

Quanto ao material, o grande ensinamento está ligado a dependência externa. Quando os interesses internacionais se chocam, a dependência externa para o fornecimento de material bélico se constitui uma vulnerabilidade altamente perigosa. É preferível se dispor de material de um nível inferior, porém nacional, do que um de maior sofisticação e dependente de fornecimento externo.

A passagem acima é um exemplo de como os articulistas construía suas visões, ou seja, as percepções brasileiras se desenvolviam a partir das análises das suas próprias realidades, no caso aqui, da conjuntura internacional do período. Como o próprio ministro Saraiva apontou, *persiste o impasse no relacionamento Norte-Sul. Os países desenvolvidos se fecham ainda mais em suas reuniões de cúpula e dedicam atenção decrescente aos problemas dos países do Sul*²⁹. Fica evidente a centralidade da falta de diálogo Norte-Sul, pois segundo os articulistas, os países industrializados não se relacionam com os países desenvolvidos num sentido de ajuda mútua, mas sim numa relação de poder, na qual as grandes potências impunham seus interesses particulares. Portanto, neste contexto, criou-se uma espécie de consenso de que o Brasil é muito afetado pelo sistema internacional. Isso se devia a uma série de problemas estruturais elencados pelos autores ao longo dos anos tais como: dependência de importação de petróleo, tecnologia e capitais. Nesse sentido é interessante observar que a diplomacia brasileira durante o governo Figueiredo também identificava as mesmas deficiências e procurou ao longo dos anos, através da diplomacia da multilateralização, ampliar seus contatos com um conjunto de países, como aqueles situados no continente africano ou na região do Oriente Médio, por exemplo³⁰.

Esse perfil de projeção internacional brasileira teve intensas consequências para o relacionamento bilateral com os Estados Unidos e foi claramente discutido pelos articulistas ao longo dos anos. Sabe-se que de um alinhamento automático nos anos de 1960 chega-se no governo Figueiredo com um conjunto de atritos entre os dois países.

²⁸ BASTOS, Théo Espinosa. Malvinas: uma guerra para reflexão. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 70, n.712, 1984. p. 75-106.

²⁹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Visão da conjuntura e comportamento diplomático brasileiro. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 68, n. 693,1981. p.51.

³⁰ VIZENTINI, Paulo. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. TEMPESTINI, Paulo. *As relações militares Brasil-EUA: do confronto à cooperação*. 1998. Tese (Doutorado em Ciência Políticas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Na área militar estes atritos foram marcados pelas constantes frustrações brasileiras a respeito da obtenção e transferência de tecnologia por parte dos Estados Unidos. Já no que tange a política externa norte-americana, esta foi pautada por uma postura política agressiva no meio internacional, a qual de diversas formas provocou cerceamentos dos projetos internacionais militares, como foi o caso da obtenção de tecnologia nuclear com a Alemanha a partir de 1975. Esses elementos, no seu conjunto, fizeram parte dos fatores que levaram o Brasil a desacelerar os seus projetos de inserção internacional. Soma-se a isso, as frustrações norte-americanas no posicionamento brasileiro de não apoio as suas ações militares intervencionistas na América Central ³¹.

Na visão dos articulistas da revista sobre o assunto, destacam-se algumas argumentações. São unânimes em reconhecer esse desgaste devido as constantes frustrações brasileiras pelos cerceamentos norte-americanos em relação as suas principais projeções internacionais. Como bem resume Augusto Gleio Fregapani:

O Brasil que acompanhara firmemente os Estados Unidos em duas guerras mundiais, e que desde 1964 estivera ao seu lado na guerra fria, começou a questionar a atitude em 1975, quando, em plena crise do petróleo, a pressão contra o acordo nuclear e a intromissão interna sob disfarce de direitos humanos fizeram decrescer a confiança que existia. Na ruptura em 1977, com a denúncia do acordo militar foi quase que uma declaração de independência.³²

Para a articulista Therezinha de Castro ³³, os Estados Unidos deveriam agir com maior responsabilidade e respeito ao Brasil, pois é um país importante para a estabilidade regional. Porém, a autora deixa clara a falta de convergência de interesses no sistema internacional entre os dois países: *as relações bilaterais são importantes; muito embora sem representar uma nova convergência ou identidade de interesses no plano global* (CASTRO, 1982).

Nesse sentido, o professor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) Dalton Daemon ³⁴, em artigo publicado em julho de 1982, expôs uma análise sobre diálogos internacionais com reflexos no Brasil. O autor contextualizou o marco

³¹ BANDEIRA, Moniz. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente* (1950-1988). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1989.

³² FREGAPANI, GELIO AUGUSTO. As Guerras da Coréia, do Vietnã e das Malvinas e a proliferação nuclear. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 71, n.720, 1985. p.89-99.

³³ CASTRO, THEREZINHA. Relações Brasil Estados Unidos em face das dicotomias Norte-Sul e Leste Oeste. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 69, n.704, 1982. p. 15-29.

³⁴ DAEMON, DALTON. Diálogos internacionais com reflexo no Brasil. *Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 69, n. 702, 1982, p. 15-34.

inicial do debate sobre o diálogo Norte-Sul, iniciado a partir de 1974, com a criação do Grupo dos 77. Na busca da nova ordem econômica internacional os países do Sul queriam mudanças no sistema internacional, por meio do qual os países em desenvolvimento poderiam ter seus interesses também representados. Isso consistiria numa reforma no sistema financeiro e transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, além da diminuição da pobreza mundial, por exemplo. No entanto, ao analisar o papel dos Estados Unidos nesse diálogo, sua opinião é que *a posição dos Estados Unidos é de subordinar as relações Norte-Sul* (DAEMON, 1982). Observou-se ao longo da análise do conteúdo dos artigos que esta percepção não encontrava divergências entre os articulistas.

Durante o período em análise os Estados Unidos reativou as políticas de intervenção militar na América Central, praticadas na década de 1960 com o objetivo de realinhar os países da região aos seus interesses e afastar a possibilidade de expansão cubana e soviética. No entanto, diplomaticamente o Brasil criticou as ações militares intervencionistas na América Central e em Granada³⁵. Como apontou o próprio Figueiredo em visita aos Estados Unidos no ano de 1982:

A política externa se seguirá por princípios cardeais, entre os quais sobressai a independência nacional, a igualdade soberana dos Estados, a autodeterminação dos povos, a não intervenção dos povos, a solução pacífica de controvérsias e a cooperação para o desenvolvimento e o bem estar.³⁶

É interessante observar que na revista, não há artigos dando apoio a essas ações norte-americanas, pelo contrário, identificam-se publicações divergentes em relação a elas, se posicionando da mesma forma que a diplomacia, ou seja, da política de não intervenção. Como destacou o instrutor da ECEME e membro do Sistema Nacional de Informação, Octávio Tosta³⁷, em 1983, o Brasil deveria manter seu tradicional princípio de não intervenção.

Este aspecto é muito importante, pois demonstra que, embora aliado ao chamado Ocidente, o combate ao comunismo, já não era mais uma pauta central nas discussões e preocupações de interesse internacional brasileiro, e a ameaça se concentrava agora na

³⁵ BANDEIRA, op. Cit. 1989, p. 252.

HIRST, MONICA. **Brasil- Estados Unidos**: desencontros e afinidades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p.44-55.

³⁶ Ministério das Relações Exteriores. A visita do presidente João Figueiredo aos Estados Unidos da América. **Resenha da Política Exterior do Brasil**. nº 33, 1982, p.8.

³⁷ TOSTA, Octávio. Geopolítica do Brasil. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 69, n. 709, 1983, p.107-122.

crise financeira e energética e na ordem internacional, que juntas, dificultavam a projeção internacional brasileira.

Por fim, conclui-se que a forma de inserção internacional brasileira e as argumentações presentes nos artigos das revistas eram convergentes. Partindo de uma perspectiva realista, interpretando o ambiente externo com características que dificultavam a realização dos interesses nacionais, de forma ampla, na área de segurança identificando o reconhecimento do Brasil como uma potência regional e a importância da aquisição de tecnologia. Nesse ínterim, o relacionamento bilateral com os Estados Unidos foi de afastamento em virtude da pouca convergência de interesses entre os dois países.

3.5 A visão sobre a política externa dos Estados Unidos

De um ponto de vista inteiramente Ocidental, talvez estas crenças não realistas tenham alguma credibilidade. Porém, considerando a posição soviética e as não realistas do mundo, a segurança dos Estados Unidos torna-se muito perigosa. A visão não realista prevaleceu durante os anos 70 (...). Um ponto de vista mais realista por parte dos Estados Unidos será necessário para os anos 80.

Robert Powers, Comandante da Marinha dos Estados Unidos.

Esta epígrafe é um trecho de um artigo publicado na revista *A Defesa Nacional* por um oficial da Marinha norte-americana. Indica a inflexão da política daquele país ocorrida no início da década de 1980, por meio da qual procuraram reafirmar militarmente seus espaços de influência e atuação internacionais, bem como combater a expansão soviética em regiões consideradas por eles estratégicas. Estando presente nas argumentações de outros articulistas que também analisaram a temática, este trecho foi escolhido por apresentar o momento de inflexão pela qual a política externa dos Estados Unidos passava no início do governo Reagan e identificar com clareza a sua diretriz básica, ou seja, partir de perspectiva da teoria realista das relações internacionais.

Observamos que, para o debate no periódico, a política externa dos Estados Unidos era importante e fazia parte do seu universo analítico. Isso ficou enfatizado quando identificamos a presença de publicações dos próprios oficiais militares ou agentes do governo norte-americano informando e justificando as diretrizes básicas das

ações externas, como foi o caso da participação do Secretário da Defesa, Caspar Weinberger ³⁸, em 1981, ou da passagem citada no início, por exemplo.

Concomitantemente, a temática se demonstrou importante na medida em que articulistas brasileiros, tanto civis como militares, também discutiam as ações norte-americanas, não diretamente, mas imbricadas com as análises da conjuntura internacional e das dinâmicas das relações Brasil- Estados Unidos. Como será aprofundado em seguida, para os articulistas brasileiros, no seu conjunto as mudanças ocorridas na política exterior dos Estados Unidos afetavam diretamente os interesses brasileiros e eram consideradas prejudiciais, pois como país em desenvolvimento, as ações norte-americanas dificultavam o desenvolvimento dos seus interesses nacionais no âmbito internacional.

Em 1981, foi publicada a transcrição da entrevista a imprensa mundial do Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Caspar Weinberger ³⁹, que apresentou a política de Defesa que estava em construção. Para o secretário, esta mudança se deveu ao ambiente internacional, no qual ele identificou um crescimento das pressões que confrontavam a Segurança Nacional do país, diga-se o pesado investimento soviético em armamentos e a sua expansão geoestratégica, como a implantação de bases militares no Oriente Médio, África e Afeganistão, consideradas pelos Estados Unidos como uma ameaça. Assim, o país estaria voltando ao confronto da Guerra Fria e convocava todos os seus aliados para lutar junto, ou seja, também apresentava a política de realinhamento dos países as suas políticas. Em termos práticos, os países também deveriam ter como prioridade o combate ao comunismo. Ao mesmo tempo, o Secretário apontou o protecionismo em relação à tecnologia de uso militar, como fica evidente na fala a seguir:

O que temos de novidade é que os americanos, no último outono, reasseguraram sua crença de que nossa nação deve restabelecer o seu Poder Militar, como prometeu o Presidente Reagan. Não podemos enfrentar sozinhos todos os desafios de expansão que possam surgir (...) e temos que guardar com ciúme a nossa tecnologia que tenha aplicação militar.⁴⁰

É nesse contexto que os Estados Unidos justificavam seus pesados investimentos no rearmamento nuclear, como afirmou o senador e membro da Comissão Especial de

³⁸ WEINBERGER, CASPAR. A política de defesa dos EUA: suas necessidades. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 68, n. 695, 1981, p.61-68.

³⁹ WEINBERGER, op. cit p. 61-68.

⁴⁰ WEINBERGER, op. cit p. 62.

inteligência Jake Garn ⁴¹ numa publicação no ano de 1985. Ou como o secretário de Estados do período, Thomas Enders⁴² definiu as prioridades internas do governo Reagan num artigo publicado em 1981: *a segunda maior prioridade do Presidente é reconstruir nosso poderio militar* (ENDERS, 1981). Ao mesmo tempo, externamente procurou limitar a produção de armas, principalmente nucleares, pelos países em desenvolvimento. Argumentavam que tais iniciativas colocariam em risco a estabilidade do sistema internacional, como colocou o diretor da agência de controle de armas, Kenneth Adelman⁴³.

Observamos que no ano de 1981 houve diversas publicações expondo a posição de restauração do dinamismo político, econômico e militar dos Estados Unidos. Assim, podemos concluir que a comunidade da revista se preocupava com as diretrizes norte-americanas, pois sabia que tais ações influenciavam as análises da projeção dos próprios interesses brasileiros no sistema internacional. Ao comparar as políticas externas, ambas definidas pelos próprios articulistas, observamos a pouca convergência de interesses. Na visão dos articulistas brasileiros, as ações norte-americanas eram prejudiciais na medida em que impediam o desenvolvimento de seus projetos militares, como foi o caso dos diversos cerceamentos ao programa nuclear brasileiro e que ficou famosa pela não concretização do acordo entre Brasil e Alemanha, iniciado em 1975. Estas críticas se inseriram no contexto do embate internacional entre os países do Norte e do Sul.

Esta perspectiva fica mais clara quando identificamos os objetivos dos Estados Unidos para a América Latina, informados pelos próprios articulistas norte-americanos, onde identificamos o seu contexto inserido com as diretrizes do combate à influência soviética, e no caso dessa região, à cubana também. Como colocou o presidente da Junta de Chefes Militares dos Estados Unidos em 1980, general George Brown:

A principal ameaça aos interesses dos EUA na América Latina são os esforços da União Soviética e de Cuba para instalar bases de influência que explorem as instáveis condições econômicas e sociais predominantes, e interferir nos acessos dos EUA aos materiais estratégicos. Os soviéticos veem a venda de armas como um meio eficiente de penetração. Recentemente não lograram êxito na venda à Colômbia de barcos lançadores de mísseis, mas venderam ao Peru um modelo de avião altamente sofisticado. Com essa

⁴¹ GARN, Jake. Inverno nuclear: um caso para redução de armas e defesa. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 71, n. 717, 1985, p.33-43.

⁴² THOMAS, Enders. Relações Brasil-EUA: atualização e revitalização. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 68, n. 698, 1981, p. 55-74.

⁴³ ADELMAN, Kenneth. Controle de armas: um novo início. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 71, n. 719, 1985, p.155-161.

venda, virão técnicos soviéticos, como advirá a oportunidade de maior influência.⁴⁴

Sendo o Canal do Panamá a maior preocupação geoestratégica na região, os Estados Unidos projetavam sua influência militar através dos *programas de assistência de segurança, funções consultivas, obrigações diplomáticas e coletas de informações* (BROWN,1979). Ou seja, identifica-se que as políticas norte-americanas para tal região estavam inseridas dentro do contexto do embate Leste-Oeste e não incluíam os interesses identificados pelos próprios países da região, tais como Brasil e a Argentina, que definiam o desenvolvimento socioeconômico como prioridade para terem melhores oportunidades de representação no sistema internacional e com isso fornecer suporte para que seus projetos militares para a obtenção de tecnologia fossem contemplados.

Mas esta posição e concomitantemente as frustrações latino-americanas, pareceram ser reconhecidas, pois no próprio artigo o referido articulista coloca que:

O desejo por uma moderna e sofisticada aviação e por navios lançadores de foguetes parece inviável para os Estados Unidos, e tem sido frustrado pela recusa americana de ajuda estrangeira. Nossa recusa em atendermos às notórias necessidades desses países só tem resultado na diminuição da influência dos EUA, não numa redução dos gastos em armamento, uma vez que esses países comprem em outra parte. O desenvolvimento de forças militares profissionais e eficientes, com a correspondente aquisição de armas, resulta na transferência de tecnologia.⁴⁵

Portanto, identificamos que a revista apontou como diretrizes básicas da política externa dos Estados Unidos do período em análise o enfoque da abordagem realista das relações internacionais, um realinhamento de sua política externa, tendo como base o combate à expansão geoestratégica e de poder militar soviética, reconhecido como rearmamentismo. Para a América Latina, incluindo o Brasil, as ações norte-americanas estavam voltadas ao combate do comunismo. Para os articulistas, estas diretrizes foram de encontro aos interesses brasileiros, prejudicando o desenvolvimento dos programas de inserção internacional brasileira. Como se observou, a opinião dos articulistas e as diretrizes da política externa brasileira convergiam em relação à percepção das ações dos Estados Unidos no meio internacional.

⁴⁴ BROWN, George S. A importância estratégica de sete áreas internacionais vitais. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 66, n. 685, 1979. p. P.38.

⁴⁵ BROWN, op. cit. p.37.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou de forma geral contextualizar a história e a importância das relações militares entre Brasil e Estados Unidos. Em específico procurou identificar e sistematizar as ideias dos articulistas da revista militar *A Defesa Nacional* do período de 1979 a 1985. Com base na análise do conteúdo dos artigos da revista *A Defesa Nacional*, identificamos nos discursos pouca convergência de interesses do Brasil com a potência hegemônica no sistema internacional, regional e nas relações bilaterais. Isso ocorreu por que enquanto no sistema internacional o Brasil se inseria como país em desenvolvimento, os Estados Unidos procuraram limitar a emergência e participação desses países, bem como reativou o embate Leste-Oeste; no âmbito regional os interesses norte-americanos eram de combate à expansão da influência comunista e manutenção da inércia dos órgãos de segurança e defesa regionais, sendo para o Brasil, inserido no seu projeto de inserção internacional, o comunismo não era mais a prioridade e buscou criticar essas ações norte-americanas. Já as relações bilaterais seguiam essa falta de pontos em comum, destacando-se principalmente as divergências referentes à questão da obtenção e transferência de tecnologia.

Ao analisar o perfil da revista *A Defesa Nacional* durante o último governo militar de 1979 a 1985, identificamos o constante debate sobre a realidade do período, seja em seu contexto nacional, regional e internacional. Destaca-se a vinculação das interpretações dos articulistas com as ideias da industrialização nacional, que por meio constante atualização tecnológica garantiriam a segurança e possível defesa do Brasil. Nacionalmente indicavam grandes preocupações com a interrupção de seus projetos militares em virtude da grave crise econômica nacional e dos cerceamentos internacionais. Em termos internacionais, os articulistas acompanhavam a política externa do período, na medida em que defendiam uma maior representatividade do país nos organismos internacionais, bem como apontavam as limitações destes para a promoção dessa participação. Identificavam no meio internacional o embate Leste-Oeste e a volta da Guerra Fria.

No perfil da revista, identificamos que pelas interpretações realizadas pelos articulistas seja do meio internacional, seja da posição que os Estados Unidos desempenhavam pouca convergência com os objetivos brasileiros e estes estavam relacionados principalmente no que diz respeito a indústria de armamentos e obtenção e desenvolvimento de tecnologias militares.

5. BIBLIOGRAFIA ACADÊMICA

- BANDEIRA, Moniz. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1989.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n 40, 1997, p. 18-40.
- GONÇALVES, Williams da S.; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 12, 1993, p.211-246.
- HIRST, Mônica. *Brasil – Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- LISÓN, Carlos Barrachina. La asistencia militar de Estados Unidos em América Latina: permanências, discontinuidade e interesses. *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*. Ano 20, n. 1, p. 109-140.
- MACCANN, FRANK. *Brazil and the United States: Two Centuries of Relations*. University of New Hampshire. Projeto, 2012.
- MARTINS FILHO, J. R. . As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989). *Teoria & Pesquisa*, v. 14, p. 101-135, 2005.
- MARQUES, Adriana Aparecida. *Concepções de Defesa Nacional no Brasil: 1950-1996*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MARTINS FILHO, João Roberto. As políticas militares dos EUA para a América-Latina (1947-1989). *Teoria e Pesquisa*, São Paulo, n. 46, janeiro 2005, p. 105-139.

- McCAAN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1888-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Aderson Editores, 1932.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOTT, William H. *United States Military Assistance. An empirical perspective*. London: Greenwood Press, 2002.
- SENNES, Ricardo. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos nas décadas de 1930 e 40. *Estudos Ibero-Americanos (PUCRS. Impresso)*, v. 34, p. 76-91, 2008.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Brasil e Estados Unidos: relações militares durante a guerra fria. In: *II Seminário Nacional de Ciência Política*, 2009, Porto Alegre. Anais, 2009.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Brazil States Military Relations during the Cold War: Political dynamic and arms transfers. *Brazilian political science review*, v. 5, p. 96, 2011.
- TEMPESTINI, Paulo. *As relações militares Brasil – EUA: do confronto à cooperação (1975-1990)*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, 1998.
- VIZENTINI, Paulo. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS DOS ARTIGOS DA REVISTA A DEFESA NACIONAL

ADELMAN, Kenneth. Controle de armas: um novo início. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 71, n. 719, 1985, p.155-161.

BASTOS, Théo Espinosa. Malvinas: uma guerra para reflexão. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 70, n.712, p. 75-106.

BROWN, George S. A importância estratégica de sete áreas internacionais vitais. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 66, n. 685, p. P.38.

CÂMARA, Gusmão Ibsen. O pensamento estratégico brasileiro: projeção de nossa maritimidade na estratégia nacional. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 66, n. 688, p.5-18.

CASTRO, Therezinha. Relações Brasil Estados Unidos em face das dicotomias Norte-Sul e Leste Oeste. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 69, N.704, p. 15-29.

CUNHA, Rubens Vaz Da. A transição energética: tempo, capital e tecnologia. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 694, p.181-188.

DAEMON, Dalton. Diálogos internacionais com reflexo no Brasil. *Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 69, n. 702, 1982, p. 15-34.

FREGAPANI, Gelio Augusto. As Guerras da Coréia, do Vietnã e das Malvinas e a proliferação nuclear. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 71, n.720, p.89-99.

GARN, Jake. Inverno nuclear: um caso para redução de armas e defesa. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 71, n. 717, p.33-43.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. A política externa do Brasil. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 68, n.698, p.17-32.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Visão da conjuntura e comportamento diplomático brasileiro. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 693, p. 51-58.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Visão da conjuntura e comportamento diplomático brasileiro. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 693, p.51.

GUSMÃO, Thomas Gonzales De. Aplicações da ciência e da tecnologia na arte da guerra. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 698, p. 115-151.

MARIATH, Jayme Miranda (GEN.). O processamento automático de dados no Exército. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 66, n. 685, p. 53.

Ministério das Relações Exteriores. A visita do presidente João Figueiredo aos Estados Unidos da América. *Resenha da Política Exterior do Brasil*. nº 33, 1982.

NETO, Delfim. Manter o desenvolvimento e reduzir a dependência externa. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 67, n. 691, p. 21-34.

NORMAN, Gal. Arca de Noé: energia a partir da biomassa no Brasil. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 66, n. 682, p. 21-46.

SILVIO, Marco Antonio Felicio Da. Necessidade de nuclearização das Forças Armadas Brasileiras. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 70, n 712, p 109-129.

SILVIO, Marco Antonio Felicio Da. Necessidade de nuclearização das Forças Armadas Brasileiras. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 70, n. 712, p.110.

THOMAS, Enders. Relações Brasil-EUA: atualização e revitalização. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 698, 1981, p. 55-74.

TOSTA, Octávio. Geopolítica do Brasil. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 69, n. 709, 1983, p.107-122.

WEINBERGER, Caspar. A política de defesa dos EUA: suas necessidades. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 695, 1981, p.61-68.